

AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - DF

Termo de Referência 20/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
20/2026	323028-AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - DF	FERNANDO ULISSES SANTOS DE ASSUNCAO	25/03/2026 09:53 (v 0.5)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado	54/2026	48500.031353/2025-11

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de fornecimento de livros impressos nacionais para atualização do acervo bibliográfico da ANEEL, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATSER/CATMAT	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL (R\$)
1	615119	Serviço de fornecimento de livros impressos nacionais	1	47.535,29

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo.

Prazo de vigência

- 1.4. A contratação terá vigência até 31/12/2026, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 02270669000129-0-000001/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 12/05/2025;

- III) Id do item no PCA: 105;
- IV) Classe/Grupo: 7610 – Livros e Folhetos;
- V) Identificador da Futura Contratação: 323028 – 54/2026.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 Os bens adquiridos devem ser preferencialmente acondicionados em embalagens que empreguem materiais reciclados ou recicláveis. A prioridade é reduzir o volume, mantendo, contudo, a segurança durante transporte e armazenamento, conforme estabelecido na Instrução Normativa nº 1 da SLTI/MPOG, datada de 19 de janeiro de 2010;

4.1.2 A empresa contratada deve aderir às normas federais, estaduais e distritais referentes aos critérios de preservação ambiental. Tal conformidade é essencial para assegurar que as práticas adotadas estejam alinhadas com as regulamentações vigentes.; e

4.1.3 Durante a execução dos serviços, a contratada é responsável pelo descarte e/ou destinação ambientalmente corretos de todos os resíduos sólidos gerados. Esta prática deve estar em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e outras normas pertinentes;

4.1.4 A contratada deve adotar normas e princípios que minimizem ou mitiguem os impactos ambientais, priorizando o uso de tecnologias e materiais ecologicamente corretos.

#### Indicação de marcas ou modelos

4.2 Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: Não se aplica.

#### Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3 Diante das conclusões extraídas do processo administrativo nº 48500.031353/2025-11, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas: Não se aplica.

#### Da exigência de carta de solidariedade

4.4 Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato. Não se aplica

#### Subcontratação

4.5 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### Garantia da contratação

4.6 Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### Vistoria

4.7 Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### Condições de execução

5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: a contar da assinatura do contrato.

5.1.2 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1 O fornecedor que vier a vencer o pregão eletrônico deverá ter a capacidade de fornecimento de livros de diversas áreas de concentração (Direito, Engenharia, Energia Elétrica etc.), possuir logística de entrega do material na sede da ANEEL, dentro do tempo estipulado neste Termo de Referência.

5.1.2.2 Será encaminhada à CONTRATADA Ordem de Fornecimento, conforme modelo (disponível em <https://www.gov.br/aneel/pt->

br/centrais-de-conteudos/manuais-modelos-e-instrucoes/licitacoes-e-contratos), contendo a relação dos livros que a ANEEL espera que sejam fornecidos. O fornecimento dos livros deverá ser acompanhado de lista dos itens fornecidos e respectivos valores, aplicado o desconto registrado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Os itens constantes da Ordem de Serviços não fornecidos deverão esclarecer o motivo do não fornecimento, na mesma lista ou em lista separada.

5.1.2.3 O prazo de entrega dos itens é de 60 (sessenta) dias, contados do aceite ou retirada da Ordem de Fornecimento pela CONTRATADA, em remessa única para cada Ordem de Serviço, devidamente acompanhada de fatura.

5.1.2.4 A CONTRATADA deverá apresentar, junto à fatura, o catálogo de preços das editoras vigentes no mês do faturamento para todos os livros entregues, para fins de conferência do desconto aplicado.

5.1.2.5 Caberá à CONTRATADA fornecer o material devidamente embalado, de forma a não sofrer danos durante as operações de transporte, carga e descarga.

5.1.2.6 Os livros deverão ser entregues em sua edição mais atualizada, salvo quando outra edição for especificamente indicada no Termo de Referência.

5.1.2.7 Todos os exemplares devem estar em perfeito estado de conservação, sem qualquer indício de uso anterior. Não serão aceitos livros que apresentem desacordo com as especificações técnicas, ou que possuam embalagem e/ou conteúdo danificados, incluindo, mas não se limitando a amassados, rasgos, rasuras, sujidades, manchas, deformações, páginas soltas, faltantes ou ilegíveis.

5.1.2.8 A entrega de exemplares com qualquer irregularidade implicará a substituição, no prazo de 15 (quinze) dias, pela CONTRATADA, sem ônus adicional para a Administração.

5.1.2.9 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil da empresa vencedora pela perfeita qualidade do material fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades porventura detectadas durante a utilização do material.

5.1.2.10 Caberá à CONTRATADA notificar a CONTRATANTE, dentro do prazo de entrega, quanto aos livros solicitados que estejam no prelo ou esgotados, por meio do envio de carta da editora e/ou distribuidora responsável pela publicação justificando tal situação, devendo ainda acompanhar o lançamento ou reimpressão/reedição e encaminhá-los assim que disponíveis no mercado livreiro.

### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.2 Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, SGAN Quadra 603, Bloco I, 3º andar, Biblioteca, CEP 70.830-110.

5.3 Os serviços serão prestados no seguinte horário: segunda a sexta-feira (9:00 às 18:h00h).

### **Especificação da garantia do serviço**

5.4 O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.5 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3 O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### **Preposto**

6.4 O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.5 O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução contratual.

6.6 O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Rotinas de Fiscalização**

6.7 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.8 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.9 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.10 Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.11 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.12 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.13 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.14 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer

irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.15 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

### Fiscalização Administrativa

6.16 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.17 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

### Gestor do Contrato

6.18 Cabe ao gestor do contrato:

6.18.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.18.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.18.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.18.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.18.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.18.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.18.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.18.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.18.8.1 às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174 /2024;

6.18.8.2 à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 Os pagamentos corresponderão aos itens efetivamente entregues e recebidos.

7.2 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1 não produziu os resultados acordados,

7.2.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

### Recebimento

7.3 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 2 (dois) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.3.1 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.4 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.6 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.7 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8 Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período 10 dias úteis.

7.9 Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.9.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.10 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.11 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.12 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.14 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.15 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.16 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.16.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.16.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.16.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.16.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.16.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.17 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.18 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.19 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.20 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.21 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.22 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.23 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.24 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.25 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.25.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.25.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.26 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.27 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.28 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.29 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.30 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.31 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.32 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.33 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.34 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.34.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.35 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Reajuste**

7.36 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis.

7.36.1 Considera-se como data do orçamento estimado a data de assinatura do Relatório da Pesquisa de Preços – Estimativa do valor da contratação (SEI nº 0308637)

#### **Cessão de Crédito**

7.37 As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.37.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.37.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.37.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.37.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.38 O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4 Multa:

8.2.4.1 Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

8.2.4.2 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.3 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 10% (dez por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

8.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9 Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO.

### Regime de Execução

9.2 O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

**Justificativa:** O serviço de fornecimento de livros, conforme desenhado neste Termo de Referência, caracteriza-se pelo fornecimento de uma unidade em muitos dos títulos demandados. Devido a essa característica da demanda e à impossibilidade de previsão da disponibilidade de cada título demandado à época da demanda no catálogo das editoras, entendeu-se que o regime de execução do objeto por empreitada global proporciona: menor risco de não atendimento das ordens de fornecimento; melhor probabilidade de interesse de possíveis licitantes (considerando ao baixo valor da licitação); melhor otimização da fiscalização ao se concentrar em um único fornecedor; e maior possibilidade de se alcançar um melhor desconto para a Administração, uma vez que o desconto global permite aos licitantes alocar diferentes níveis de descontos em uma única proposta.

### Crítérios de aceitabilidade de preços

9.3 Serão desclassificadas as propostas que não apresentem o percentual mínimo de desconto de 27,16% (vinte e sete inteiros e dezesseis centésimos por cento) sobre catálogos de editoras ou preços de capa.

### Exigências de habilitação

9.4 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os requisitos estabelecidos a seguir.

#### Habilitação jurídica

9.5 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

9.6 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

9.7 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

9.8 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.9 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.11 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.12 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13 Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.14 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

9.16 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.



9.17 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

9.18 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.19 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

9.20 Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

9.21 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.23 certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples.

9.24 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

#### **Qualificação Técnico-Operacional**

9.25 Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.25.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.25.1.1 contrato(s) que comprove(m) o fornecimento de obras bibliográficas no quantitativo mínimo de 150 exemplares.

9.25.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.25.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.25.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.25.5 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.26 Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.27 A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

#### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.28 Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.29 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.30 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.31 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.32 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

#### **Documentação complementar para cooperativas**

9.33 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.33.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.33.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.33.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.33.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.33.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.33.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- 9.33.6.1 ata de fundação;
- 9.33.6.2 estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- 9.33.6.3 regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- 9.33.6.4 editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- 9.33.6.5 três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- 9.33.6.6 ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
- 9.33.6.7 última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 47.535,29** (quarenta e sete mil, quinhentos e trinta e cinco reais e vinte e nova centavos), conforme custos estimado no Relatório de Pesquisa de Preços (SEI nº 0308637).

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/unidade: Secretaria Geral - SGE;
- II. Fonte de recursos: 1052;
- III. Programa de trabalho: 0032 - Gestão e Manutenção do Poder Executivo;
- IV. Elemento de despesa: 4.4.90.52 – Equipamentos e material permanente; e
- V. Plano interno: 8828 - 1.1.11 Adquirir Publicações Nacionais.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência **não** são classificadas como sigilosas.

12.2. Como autoridade competente (Portaria ANEEL nº 442/2023), por meio da assinatura deste Termo de Referência, aprovo e acordo com este documento, mediante as justificativas incluídas nos autos pelos servidores responsáveis, aprovo a metodologia utilizada para obtenção do preço estimado da contratação, de acordo com o previsto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

DANIEL CARDOSO DANNA  
Secretário-Geral – SGE

13. ANEXO I

ANEXO I - LISTA DE LIVROS

O Anexo I lista os livros que a ANEEL tem interesse em adquirir na primeira Ordem de Fornecimento e foi utilizada para a formação do preço total de referência.

Título Livro	Autor(es)	Edição e Volume*	Editora	Ano de Publicação	ISBN	Quantidade
100 barragens brasileiras	Paulo Teixeira da Cruz	2. ed.	Oficina de Textos	2004	9788586238024	1
A detecção de problemas técnicos em barragens de concreto através da instrumentação	João Francisco Silveira		Oficina de Textos	2006	9786588460474	1
A ESTRATÉGIA ESG: POR QUE CUIDAR DO...SUSTENTÁVEL	Matthew Sekol		Autêntica Business	2025	9786559286195	1
A evolução da energia solar na matriz elétrica brasileira: perspectivas de implementação e impacto positivo na sustentabilidade	Filipe Gabriel Gama Rodrigues Neves, Carlos Frederico Duarte Rocha		Appris	2021	9786558207528	1
A Fazenda Pública em Juízo	Leonardo Carneiro da Cunha	22. ed.	Forense	2025	9788530997557	2
A Geopolítica da Energia do Século XXI	Guilherme Sandoval Góes		Synergia	2019	9786586214369	1
A MUTABILIDADE NOS CONTRATOS DE CONCESSÃO	Flávio Amaral Garcia	2. ed.	Malheiros	2023	9788544239643	1
A Nova Regulação Econômica	Luciano Benetti Timm, Maria Carolina França	2. ed.	Foco	2024	9786561200189	1
A Prova dos Fatos Jurídicos - Noções Gerais	Michele Taruffo		Juspodivm	2026	9788544268964	1
A Regulação das Empresas Transnacionais no Brasil em Face da						

Tutela Constitucional Ambiental das Energias Renováveis	Celso Antônio Pacheco Fiorillo		Lumen Juris	2026	9788551938317	1
A Regulação Jurídica do Clima como Bem Ambiental e sua Defesa em Proveito da Pessoa Humana em Face do Direito Constitucional Brasileiro	Celso Antônio Pacheco Fiorillo		Lumen Juris	2025	9788551933770	1
A SEGURANÇA FINANCEIRA DO MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA	Ana Lúcia Rodrigues Da Silva, Dorel Soares, Roberto Castro		Synergia	2023	9786586214239	1
A TRIPLA FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JURISDICIONAIS PAUTADAS EM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	Henrique Alves Pinto	2. ed.	Juspodivm	2024	9788544250938	1
Acidentes e Rupturas de Barragens	Geraldo Magela		[S.N.]	2020	9786588460009	1
Administração Pública Digital: Proposições para o Aperfeiçoamento do Regime Jurídico Administrativo na Sociedade da Informação	José Luiz de Moura Faleiros Júnior	2. ed.	Foco	2024	9786555159080	1
Agências Reguladoras Estaduais: Pesquisa Empírica sobre sua Maturidade Institucional	Eduardo Jordão; Lucas Thevenard; Bernardo Schwaitzer		Juspodivm	2025	9788544253977	1
Agências Reguladoras: Da organização administrativa piramidal à governança em rede	Sérgio Guerra	3. ed.	Fórum	2023	9786555185010	1
Arquitetura e Organização de Computadores – Uma Introdução	Gabriel Pereira Da Silva e José Antonio Dos Santos Borges		LTC	2024	9788521638650	1
Arquivologia: temas centrais em uma abordagem introdutória	Anna Carla Almeida Mariz, Thayron Rodrigues Rangel		FGV	2020	9788522521999	1
Arquivos e acervos históricos como forma de acessar o passado	Adriane Piovezan		InterSaberes	2020	9786555177015	1

As Agências Reguladoras Federais de Serviços Públicos e o Controle do Tribunal de Contas da União	Luciana Luso de Carvalho		Fórum	2022	9786555183528	1
Aspectos Relevantes da Cobrança de ICMS sobre as Tarifas de Energia Elétrica	Beijanicy Ferreira Da Cunha Abadia Valim		Almedina	2020	9788584936304	1
Aspectos Relevantes Dos Contratos De Comercialização De Energia Elétrica	Cristiane Peixoto De Oliveira		Synergia	2021	9786586214277	1
Automação de Manobras em Subestações de Transmissão de Energia: Uma abordagem prática para mitigação de erros humanos	Sérgio E. C. Dias		Dialética	2025	9786527081074	1
Avalie o que Importa: Como o Google, Bono Vox e a Fundação Gates Sacudiram o Mundo com os OKRs	John Doerr		Alta Books	2019	9788550804552	1
Barragens de enrocamento com face de concreto	Paulo Teixeira da Cruz	2. ed.	Oficina de Textos	2014	9788579751554	1
Boa economia para tempos difíceis	Banerjee, Abhijit V., Duflo, Esther		Zahar	2020	9789896944995	1
Capacidade Contributiva e Seletividade no ICMS sobre Energia Elétrica	Erick Willian Pertussatto		Dialética	2026	9786527084556	1
CIÊNCIA DE DADOS - FUNDAMENTOS E APLICAÇÕES	Carvalho, André C. P. L. F. De   Menezes, Angelo Garangau   Bonidia, Robson Parmezan		LTC	2024	9788521638759	1
Classificação em arquivos: fundamentos e práticas	Clarissa Moreira dos Santos Schmidt		UFMG	2024	9786558581314	1
Código Civil Comentado: Doutrina e jurisprudência – Lei n. 10.406, de 10.01.2002	Cezar Peluso	20. ed.	Manole	2026	9788520461914	1

Código de Processo Civil Comentado	Daniel Amorim Assumpção Neves	11. ed.	Juspodivm	2026	9788544271025	1
Código de Processo Civil Comentado	Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart, Daniel Mitidiero	11. ed.	Revista dos Tribunais	2025	9786526029930	1
Código tributário nacional comentado artigo por artigo	Marcelo Ribeiro		Imperium	2026	9786560900523	1
Comentários à lei de licitações e contratações administrativas	Marçal Justen Filho	3. ed.	Revista dos Tribunais	2025	9786526028971	1
COMENTÁRIOS À LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - LEI Nº 14.133 /21	Juliano Heinen	6. ed.	Juspodivm	2025	9788544265260	2
Comentários à Lei de Recuperação e Falência - Arts. 1º a 69	Cássio Cavalli		Thompson Reuters	2026	9786526022924	1
Comentários Ao Código de Processo Civil	Fernando Gajardoni, Luiz Dellore, Andre Roque e Zulmar Oliveira Jr.	6. ed.	Forense	2026	9788530997489	2
Como Combater o Desperdício no Setor Público: Gestão de riscos na prática	Kleberon Roberto de Souza, Franklin Brasil	2. ed.	Fórum	2022	9786555183580	1
Compartilhamento dos Postes - Fundamentos Teóricos e Soluções Práticas	Alexandre Rosa Lopes		Juruá	2022	9788536295268	1
Concessões Eficientes	Laís Ribeiro de Senna		Lumen Juris	2025	9788551933442	1
Consensualismo na Administração Pública e Regulação: Reflexões para um Direito Administrativo do Século XXI	Bruno Dantas		Fórum	2023	9786555185959	1
Constitucionalismo, Regulação e Transição Energética: Horizontes e Desafios na Amazônia	Fernando Leal, Rafael Da Silva Menezes		Juspodivm	2025	9788540000000	1

Construindo Saberes: Energia	Thais Rodrigues	v. 1	Lumen Juris	2026	9788551935934	1
Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Abordagem Objetiva e Didática	João Eudes BEZERRA FILHO	3. ed.	Atlas	2021	9788597026658	1
Contratação Direta Sem Licitação	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes	11. ed.	Fórum	2023	9786555182323	1
Contratos	Arnaldo Rizzardo	22. ed.	Forense	2026	9788530997847	2
Controle Democrático sobre as Decisões Públicas	Jorge Vilchez Guerrero		Lumen Juris	2026	9788551937136	1
Crimes em Licitações e Contratos Administrativos	Flávio Garcia Cabral		Fórum	2025	9788545007869	1
Cryptex da Preservação Digital	Humberto Celeste Innarelli		Appris	2023	9786525043241	1
Curso de Direito Administrativo	Celso Antônio Bandeira de Mello, Carolina Zancaner Zockun, Maurício Zockun, Weida Zancaner	38. ed.	Fórum	2025	9786555189711	1
Curso de Direito Administrativo	Marçal Justen Filho	16. ed.	Forense	2025	9788530996338	1
Curso de Direito Civil: contratos	Cristiano Chaves de Farias, Nelson Rosenvald	v. 4, 16. ed.	Juspodivm	2026	9788544270394	1
Curso de Direito Civil: execução	Cristiano Chaves de Farias, Nelson Rosenvald	v. 5, 16. ed.	Juspodivm	2026	9788544270455	1
Curso de Direito Civil: obrigações	Cristiano Chaves de Farias, Nelson Rosenvald	v. 2, 20. ed.	Juspodivm	2026	9788544270431	1
Curso de Direito Civil: parte geral e LINDB	Cristiano Chaves de Farias, Nelson Rosenvald	v. 1, 24. ed.	Juspodivm	2026	9788544270424	1
Curso de Direito Civil: reais	Cristiano Chaves de Farias, Nelson Rosenvald	v. 5, 22. ed.	Juspodivm	2026	9788544270400	1
Curso de Direito Civil: responsabilidade civil	Cristiano Chaves de Farias, Nelson Rosenvald	v. 3, 13. ed.	Juspodivm	2026	9788544270417	1

Curso de Direito Comercial - Falência e Recuperação de Empresa	Sérgio Campinho	16. ed.	Saraiva Jur	2026	9786584004641	2
Curso de Direito Constitucional	Dirley da Cunha Júnior	20. ed.	Juspodivm	2026	9788544271063	1
Curso de Direito Constitucional	Ingo Wolfgang Sarlet, Luiz Guilherme Marinoni, Daniel Mitidiero	14. ed.	Saraiva	2025	9788553626878	1
Curso de Direito Internacional Público	Alberto do Amaral Jr.	6. ed.	Juspodivm	2026	9788544263532	1
Curso de Direito Processual Civil	Humberto Theodoro Júnior e Érico Andrade	67 ed. / v. 1	Forense	2026	9788530998288	1
Curso de Direito Processual Civil - v. 1 Introdução ao Direito Processual Civil, Parte Geral e Processo de Conhecimento	Fredie Didier Jr.	v. 1, 28. ed.	Juspodivm	2026	9788544270516	1
Curso de Direito Processual Civil - v. 2 - Teoria da prova, direito probatório, decisão, precedente, coisa julgada, processo estrutural e tutela provisória	Fredie Didier Jr. Paula Sarno Braga Rafael Alexandria de Oliveira	v. 2, 21 ed.	Juspodivm	2026	9788544270493	1
Curso de Direito Processual Civil - v. 3 - Meios de Impugnação às Decisões Judiciais e Processo nos Tribunais	Fredie Didier Jr., Leonardo Carneiro da Cunha	v. 3, 23. ed.	Juspodivm	2026	9788544270479	1
Curso de Direito Processual Civil - v. 4 - Processo coletivo	Fredie Didier Jr. Hermes Zaneti Jr.	v. 4, 20. ed.	Juspodivm	2026	9788544270486	1
Curso de Direito Processual Civil - v. 4 - Processo Coletivo - De Acordo com a Nova Lei de Improbidade Administrativa	Fredie Didier Jr. Hermes Zaneti Jr.	20. ed. v. 4	Juspodvnm	2026	9788544270486	1
Curso de Direito Tributário	Regina Helena Costa	16. ed.	Saraiva Jur	2026	9786551770586	1
Curso de Português Jurídico	Regina Toledo Damião, Antonio Henriques	16. ed.	Atlas	2023	9786559775347	1



Curso Intensivo de Python: uma Introdução Prática e Baseada em Projetos à Programação	Eric Matthes	3. ed.	Novatec	2023	978-8575228432	1
Curto-circuito: Quando o Brasil quase ficou às escuras	Roberto Rockman, Lúcio Mattos		Lúcio Mattos	2021	9786500219456	2
Data Science Do Zero: Noções Fundamentais com Python	Joel Grus	2. ed.	Alta Books	2021	9788550811765	1
Derivativos No Setor Elétrico	Rômulo Mariani, Gabriel Ortiz (coordenadores)	Tomo I	Synergia	2022	9786586214826	1
DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO: Tomo I	Clarice Coutinho; Marcelo Tanos; Marina Meyer (coord.)	Tomo I	Synergia	2024	9786598272074	1
Dinâmica da Regulação: Estudo de casos da jurisprudência brasileira: a convivência dos tribunais e órgãos de controle com agências reguladoras, autoridade da concorrência e livre iniciativa	Florian de Azevedo Marques Neto, Egon Bockmann Moreira, Sérgio Guerra	3. ed.	Fórum	2023	9786555185881	1
Direito Administrativo	Maria Sylvia Zanella Di Pietro	38. ed.	Forense	2025	9788530995928	2
Direito Administrativo Comparado	Alexandre Santos De Aragão; Gustavo Binenbojm		Juspodvm	2024	9788544253069	1
Direito Administrativo e Alternative Dispute Resolution: Arbitragem, dispute board, mediação e negociação	Egon Bockmann Moreira, Leila Cuéllar (Autor), Flávio Amaral Garcia, Elisa Schmidlin Cruz	2. ed.	Fórum	2022	9786555184044	1
Direito Administrativo Moderno	Odete Medauar	24. ed.	Fórum	2024	9786555188547	1
Direito administrativo para céticos	Carlos Ari Sundfeld	3. ed.	Malheiros	2025	9788544254370	2
Direito Administrativo Sancionador	Fábio Medina Osório	10. ed.	Thompson Reuters	2025	9786526011577	1
Direito Administrativo: O novo olhar da LINDB	Carlos Ari Sundfeld		Fórum	2022	9786555183368	1

Direito Ambiental Aplicado ao Setor Elétrico	Alexandre Oheb Sion, Lucyléa Gonçalves França		Del Rey	2020	9786555330038	1
Direito ambiental brasileiro	Paulo Affonso Leme Machado	32. ed.	Juspodivm	2026	9788544265024	2
DIREITO DA REGULAÇÃO - TEORIA E PRÁTICA DOS SETORES REGULADOS	Juliano Heinen		Juspodvm	2021	9786556803456	1
Direito da Regulação e Economic Analysis Of Law	Antônio José Maristrello Porto, Paulo Fernando de Mello Franco (orgs.)		Fórum	2025	9786526317242	1
DIREITO DAS CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO	Egon Bockmann Moreira	3. ed.	Fórum	2024	9786555188653	1
DIREITO DE ENERGIA AREAS AFINS – TOMO IV	Vários autores	TOMO IV	Synergia	2020	9786586214215	1
Direito Digital	Patricia Peck Pinheiro	8. ed.	Saraiva Jur	2026	9786553625020	1
Direito dos Contratos Administrativos	André Luiz Freire		Revista dos Tribunais	2023	9786526002094	1
Direito dos serviços públicos	Alexandre Santos de Aragão		Fórum	2021	9788545002000	1
Direito Econômico da Energia	Leandro Konzen Stein	2. ed.	Lumen Juris	2023	9788551924280	1
Direito Financeiro	Tathiane Piscitelli	10. ed.	Atlas	2025	9786559777471	1
DIREITO FINANCEIRO APLICADO	Rafael Soares da Fonseca		Noeses	2026	9788583103103	1
Direito Tributário	Ricardo Alexandre	19. ed.	Juspodvm	2025	9788544259894	1
Direito, Processo E Tecnologia	Paulo Henrique Dos Santos Lucon, Erik Navarro Wolkart, Francisco De Mesquita Laux, Giovani Dos Santos Ravagnani	2. ed.	Revista dos Tribunais	2021	9786556149110	1

Discrecionalidade, regulação e reflexividade	Sérgio Guerra	7. ed.	Fórum	2023	9786555185072	1
DISPUTE BOARDS – LICOES PARA O BRASIL	Ricardo Medina Salla		Thompson Reuters	2025	9786526029190	1
Economia Micro e Macro	Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos e Márcio Bobik Braga	7. ed.	Atlas	2023	9786559774951	1
ELETROMOBILIDADE: ASPECTOS JURIDICOS E REGULATORIOS	Andre Fortes Chaves e Gabriel Siqueira Eliazar de Carvalho (coords.)		Lumen Juris	2024	9788551928677	1
Energia e Civilização: Uma História	Vaclav Smil, José Goldemberg		Bookman	2024	9788582606391	1
Energia e Meio Ambiente	Alexandre Oheb Sion (coordenador)		Del Rey	2020	9786557910399	1
ENERGIA HELIOTÉRMICA	Icaro Figueiredo Vilasboas, Julio Augusto Mendes da Silva		Interciência	2024	9788571934535	1
ENERGIA SOLAR E GERAÇÃO DISTRIBUÍDA: MICROGERAÇÃO E MINIGERAÇÃO	André Saddy		CEEJ	2023	9786584958173	1
Energias Renováveis, Geração Distribuída e Eficiência Energética	José Roberto Simões Moreira (organizador)	3. ed.	LTC	2025	9788521638919	1
Equilíbrios Econômico-Financeiro das Concessões	Rafael Vêras de Freitas		Fórum	2023	9786555185997	1
Esg e Compliance - Interfaces, desafios e oportunidades	Natascha Trennepohl		Saraiva	2023	9786553623972	1
ESG nas relações de consumo	Fabiola Meira de Almeida Breseghello		IBRAC	2022	9786586352627	1
ESG NO SETOR PÚBLICO: SUSTENTABILIDADE E...FEDERAIS	Glenda Grando de Meira Menezes		Fórum	2025	9788545009085	2

ESG+i: Governança Ambiental, Social e Corporativa	Ivani Contini Bramante, Selma Carloto e Simone Bramante		LTR	2023	9786558832539	1
ESTUDOS ANTIRROMÂNTICOS SOBRE CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Eduardo Jordão	3. ed.	Juspodivm	2025	9788544252727	1
Estudos de Direito da Energia	Francisco Paes Marques (Coeditor), João Marques Mendes (coeditor)		Almedina	2023	9789894013228	1
Fundamentos da Proteção de Sistemas Elétricos: SPCS: Funções de proteção e Aplicações	Juliano Coelho da Silva		Independently published	2025	9798290000000	1
Fundamentos da regulação- uma análise jurídica e econômica	Rodrigo Bernardes Braga		Singular	2021	9786586352269	1
Fundamentos da Transição Energética	Guilherme Barbosa Vinhas		Lumen Juris	2024	9788551929575	2
Fundamentos da Transparência Pública	Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel		Lumen Juris	2022	9788551921999	1
Fundamentos de Direito Administrativo Disciplinar	Sandro Dezan	7. ed.	Juruá	2025	9786526320853	1
Fundamentos de Direito Público	Irene Patrícia Nohara	2. ed.	Atlas	2022	9786559773404	1
Fundamentos de Economia e Gestão da Inovação	Victor Pelaez et. al. (organizadores)		Hucitec	2023	9788584043019	1
Fundamentos do ESG: Geração de valor para os negócios e para o mundo	Fábio Galindo, Marcelo Zenkner, Yoon Jung Kim		Fórum	2022	9786555184600	1
Geopolítica e Energia	Ronaldo Gomes Carmona		Synergia	2020	9786586214017	1
Geoprocessamento no Setor Elétrico: Aplicações Práticas	Marcos Augusto Vilela (coordenador)		Del Rey	2021	9786500339727	1

Gestão da Inovação e do Conhecimento: Uma Perspectiva Conceitual dos Caminhos para o Progresso	Isabel Cristina dos Santos		Freitas Bastos	2023	9786556753232	1
Gestão da Perda Não Técnica de Energia Elétrica	Rafael M. R. Barros		Interciência	2023	9786589367703	1
Gestão de Contratos de Terceirização na Administração Pública: Teoria e prática	Madeline Rocha Furtado, Monique Rafaella Rocha Furtado, Antonieta Pereira Vieira, Henrique Pereira Vieira	8. ed.	Fórum	2023	9786555184693	1
Gestão de documentos no Brasil: uma visão a partir da situação da Administração Pública Federal	Renato Tarciso Barbosa de Sousa		Fino Traço	2023	9788580545883	1
Gestão de Pessoas	Joel Souza Dutra, Tatiana Almendra Dutra e Gabriela Almendra Dutra	2. ed.	Atlas	2026	9786559777976	1
Gestão de Pessoas por Competências: Como Operacionalizar na Prática Esse Modelo	Iêda Maria Vecchioni Carvalho, Luciana Vecchioni Carvalho Lickfeld		Actual	2023	9786587019727	1
Gestão de Projetos - Preditiva, Ágil e Estratégica	Antonio Cesar Amaru Maximiano, Fernando Veroneze	6. ed.	Atlas	2022	9786559770830	1
Gestão do RH 4.0: digital, humano e disruptivo	Francisco de Assis das Neves Mendes		Literare Books International	2021	9786559221387	1
Gestão Híbrida de Projetos	Antonio Santos, Analia Irigoyen e Alexandre Caramelo		LTC	2023	9788521638674	1
Governança de Dados no Setor Público	Luca Belli et al		Lumen Juris	2024	9788551929926	1
Governança de processos: um guia completo com estratégias e práticas para fortalecer o gerenciamento de	Ana Catarina Lima Silva		Brasport	2025	9786560960688	1

processos e a governança corporativa						
Governança Organizacional Pública e Planejamento Estratégico - Para Órgãos e Entidades Públicas	Augustinho V Paludo, Antonio G Oliveira	2. ed	Foco	2024	9786561200417	1
Governança, Agências Reguladoras e Custos das Normas Regulatórias - Preparação, Coordenação, Direção e Equilíbrio na Elaboração das Normas Regulatórias	Flavine Meghy Metne Mendes		Juruá	2024	9786526309759	1
Hermenêutica Constitucional	Samuel Sales Fonteles	9. ed.	Juspodivm	2026	9788544269947	1
Hidrelétricas: projetos ambientalmente sustentáveis	Geraldo Magela		Planeta Azul	2022	9786550980559	1
Hidrogênio Verde: Perspectivas Jurídica, Regulatória e Técnica – Tomo III	Themoteo, Evangelista, Gersa Magalhães Erômulo Mariani		Synergia	2026	9786598272364	1
ICMS	Roque Antonio Carrazza	21. ed.	Juspodivm	2026	9788544262443	1
Impacto das perdas comerciais sobre o mercado de energia	Lucas Gustavo Arango, Benedito Donizeti Bonatto		Appris	2021	9786525006932	1
Implantação e Gestão de Repositórios Institucionais. Políticas, Memória, Livre Acesso e Preservação	Vários autores		Edufba	2010	9788523206550	1
Instalações Elétricas	Hélio Creder	17. ed.	LTC	2022	9788521637639	1
Instrumentação e segurança de barragens de terra e enrocamento"	João Francisco Silveira		Oficina de Textos	2005	9788586238611	1
Inteligência Artificial e Tecnologias Inovadoras: a nova era da propriedade intelectual	Vários autores		Synergia	2024	9786598272043	1
Inteligência Artificial: Aspectos Jurídicos	José Marcelo Menezes Vigliar		Almedina	2023	9786556279084	1

INTRODUÇÃO A ECONOMIA	Paul Krugman, Robin Wells	6. ed.	Gen	2023	9788595151147	1
Introdução ao controle bibliográfico	Bernadete Campello		Autêntica	2019	9788551306338	1
Introdução ao Estudo do Direito	Gustavo Filipe Barbosa Garcia	11. ed.	Juspodivm	2026	9788544265963	1
Lei Anticorrupção Empresarial	Rogério Sanches Cunha, Renee do Ó Souza	7. ed.	Juspodivm	2026	9788544265550	1
Lei das Sociedades Anônimas Comentada	Fábio Ulhoa Coelho, Ana Frazão, Mauricio Moreira Menezes, Rodrigo R. M. de Castro e Sérgio Campinho	4. ed.	Forense	2025	9788530997298	1
Lei de Arbitragem Comentada	Olavo Alves Ferreira, Débora Cristina Fernandes, Ananias Alves Ferreira, Matheus Lins Rocha		Juspodivm	2026	9788544265338	1
Lei de Improbidade Administrativa comentada	Ronny Charles Lopes de Torres, André Jackson de Holanda Jr.	3. ed.	Saraiva Jur	2025	9788544258774	1
Lei de Introdução as Normas do Direito	Maria Helena Diniz	20. ed.	Saraiva Jur	2024	9788553620395	1
Lei Geral de Proteção de Dados no Setor Público.	Rodrigo Pironi	2. ed.	Fórum	2024	9786555187311	1
Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD	Edson Pires Da Fonseca	4. ed.	Juspodivm	2025	9788544254714	1
Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais Comentada	Laura Schertel Mendes, Isabela Maria Rosal e Elora Fernandes		Forense	2026	9788530000000	2
LEIS DE LICITAÇÕES PÚBLICAS COMENTADAS	Ronny Charles Lopes de Torres	16. ed.	Juspodvm	2025	9788544260715	2
LGPD - Proteção de dados aplicada na prática	Camilla Pinheiro (coord.)		Revista dos Tribunais	2025	9786560900394	1

Licitação Pública e Contrato Administrativo	Joel de Menezes Niebuhr	8. ed.	Fórum	2025	9786555185171	1
Macroeconomia	N. Gregory Mankiw	10. ed.	Atlas	2021	9788597024531	1
Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades	Ariovaldo dos Santos, Sérgio de Iudícibus, Eliseu Matins et al	4. ed.	Atlas	2022	9786559772490	1
Manual de Contratos de Comercialização de Energia	Gabriel Ortiz e Rômulo Mariani		Synergia	2025	9786600000000	1
Manual de Direito Civil	Flávio Tartuce	16. ed.	Método	2026	9788530999049	1
Manual De Direito Comercial	Fábio Ulhoa Coelho	35. ed.	Revista dos Tribunais	2026	9786526022979	2
Manual de Direito de Energia Elétrica	Rodrigo Bernardes Braga	2. ed.	D'Plácido	2020	9786555891003	1
Manual de Direito do Consumidor	Flávio Tartuce, Daniel Amorim Assumpção Neves	15. ed.	Método	2026	9788530999087	1
Manual de Direito do Consumidor à luz da jurisprudência do STJ	Felipe Braga Netto	21. ed.	Juspodivm	2026	9788544270042	1
Manual de Direito Empresarial	André Santa Cruz		Juspodivm	2026	9788544275771	2
Manual de Direito Financeiro	Harrison Leite	15. ed.	Juspodivm	2026	9788544270752	1
Manual de Direito Internacional Público	Paulo Borba Casella, Hildebrando Accioly	27. ed.	Saraiva Jur	2025	9788553625277	1
Manual De Direito Processual Civil	Daniel Amorim Assumpção Neves	18. ed.	Juspodivm	2026	9788544271001	1
Manual de Filosofia do Direito	Rizzatto Nunes	9. ed.	Atlas	2026	9786551770470	1
Manual de Licitações e Contratos Administrativos	Fernanda Marinela; Rogério Sanches Cunha	6. ed.	Juspodivm	2026	9788544270776	2



Manual de Licitações e Contratos Administrativos	Maria Di Pietro, Edgar Guimarães, Fabrício Motta, Luciano Ferraz, Thiago Marrara e Victor Amorim	4. ed.	Forense	2025	9788530995768	1
Manual de Linguagem Jurídica	Maria José Constantino Petri	4. ed.	Saraiva	2023	9786553627444	1
Manual de Propriedade Intelectual		4. ed.	Lumen Juris	2026	9788551937129	1
Manual de proteção de Dados Pessoais dos Estados-membros do Mercosul	Claudia Lima Marques, Cíntia Rosa Pereira de Lima, Kelvin Peroli		Revista dos Tribunais	2025	9786526023754	1
Manual Do Compliance Trabalhista: Teoria E Prática	Fabrício Lima Silva, Iuri Pinheiro, Iuri Pinheiro, Vólia Bomfim	5. ed.	Juspodivm	2024	9788544252802	1
Manual dos Recursos Penais	Gustavo Henrique Badaró	7. ed.	Revista dos Tribunais	2024	9786526013830	1
Mercado Atacadista de Energia Elétrica	Adriana Fiorotti		Synergia	2019	9786586214567	1
Mercados de Eletricidade. Produção, Transmissão, Comercialização, Consumo e Derivativos de Energia	Roberto Mayo		Synergia	2022	9786586214581	1
Metodologia para refinamento semântico de relações em tesauros	Benildes Coura Moreira dos Santos Maculan		CRV	2024	9786525157764	1
Modulação de Efeitos da Decisão de Invalidação de Ato Administrativo Participação das partes como caminho para Segurança Jurídica e Eficiência	Aline Aparecida De Miranda		Juspodivm	2026	9788544265406	1
Não se esqueça!: 50 memorandos sobre Gestão e Liderança com Propósito, Comprometimento e Proatividade	Mario Sergio Cortella		Record	2025	9788501923820	1

Nova Lei de Licitações Comentada e Comparada	Matheus Carvalho João Paulo Oliveira Paulo Germano Rocha	6. ed.	Juspodivm	2026	9788544271193	1
O Controle de Constitucionalidade no Brasil e no Direito Comparado	Dirley da Cunha Júnior		Juspodivm	2026	9788544269114	1
O Hoje e o Amanhã na Tributação das Energias	Janssen Murayama		Lumen Juris	2024	9788551931851	1
O nexso causal entre o crescimento econômico, as emissões de CO2 e o consumo de energia proveniente das fontes de baixo carbono: uma abordagem empírica	Luciano Marciel		Dialética	2025	9786527086284	1
O Novo Mapa: Energia, Clima e o Conflito entre Nações	Daniel Yergin		Bookman	2023	9788582606001	1
O Que É Governança de Dados? (Data Governance): Um guia prático e direto para gerenciar qualidade, propriedade e conformidade de dados	Roger F Silva, Dan Murray, Create And Learn			2025	9798292031888	1
ÔNUS DA PROVA NO PROCESSO CIVIL: DO ÔNUS AO DEVER DE PROVAR	Vitor de Paula Ramos	5. ed.	Juspodvm	2025	9788544256879	1
Orçamento, Contabilidade e Gestão No Setor Público	Diana Vaz de Lima	2. ed.	Atlas	2022	9786559773121	1
Os Municípios e a Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão	Carlos José Batalhão, João Pacheco		AEDREL	2019	9789895407149	1
Parcerias na Administração Pública	Maria Sylvia Zanella Di Pietro	13. ed.	Forense	2021	9786559642236	1
Parcerias Público-Privadas	Marçal Justen Filho, Rafael Wallbach Schwind (coords.)	2. ed.	Revista dos Tribunais	2022	9786526006153	1
PCH E CGH PERGUNTAS E RESPOSTAS	Viviane Valente Zaquia E Silva		Synergia	2024	9786586214482	1

Planejamento das Contratações Públicas: Conforme a Lei N 14.133/2021	Carlos Henrique Harper Cox	4. ed.	Juspodivm	2026	9788544269855	1
Precedentes na Arbitragem Brasileira	Thais Freire Vasconcellos		Lumen Juris	2025	9788551936573	1
Prescrição e da decadência	Arnaldo Rizzardo, Arnaldo Rizzardo Filho e Carine Ardisson Rizzardo	4. ed.	Forense	2025	9788530997038	2
Prestação de Serviços Públicos no Brasil: uma Análise Social e Reflexiva	Vanderlei Souto dos Santos	2. ed.	Juruá	2026	9786526320631	1
Procedimentalização da atividade normativa das agências reguladoras	Pedro Dias de Oliveira Netto		Dialética	2022	9786525253367	1
Processo Administrativo	Irene Patricia Nohara, Thiago Marrara	3. ed.	Thompson Reuters	2025	9786526024577	1
Processo Civil	Ricardo de Barros Leonel		Juspodivm	2026	9788544263785	1
PROCESSO LEGISLATIVO CONSTITUCIONAL	João Trindade de Cavalcante Filho	8. ed.	Juspodvm	2025	9788544257586	1
Processo Tributário	Hugo de Brito Machado Segundo	17. ed.	Atlas	2025	9786559776931	1
Produção e preservação de documentos sigilosos	Armando Kolbe Júnior		InterSaberes	2020	9788522702701	1
Proteção de Dados Pessoais: Comentários À Lei N. 13.709/2018	Patrícia Peck Pinheiro	5. ed.	Saraiva Jur	2026	9788553623600	1
PROVA DOCUMENTAL - DO DOCUMENTO AOS DOCUMENTOS - DO SUPORTE À INFORMAÇÃO	Vitor de Paula Ramos	5. ed.	Juspodvm	2026	9788544269725	1
Provas e arbitragem: teoria, cultura, dogmática e prática	João Luiz Lessa Neto, Bruno Guandalini		Revista dos Tribunais	2023	9786526001905	1
Python e R Para o Cientista de Dados Moderno: o Melhor de Dois Mundos	Boyan Angelov, Rick J. Scavetta		Novatec	2022	9786586057959	1

Python Para Análise de Dados: Tratamento de Dados com Pandas, NumPy & Jupyter	Wes McKinney	3. ed.	Novatec	2023	9788575228418	1
Qualidade da Energia Elétrica: Conceituação e Processamento Digital	Sigmar Maurer Deckmann (Autor), José Antenor Pomilio (Autor)		Blucher	2024	978-8521221555	1
Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência - Teoria e Prática	Luis Felipe Salomão, Paulo Penalva Santos	8. ed.	Forense	2025	9788530995232	1
REDAÇÃO JURÍDICA ESTILO PROFISSIONAL - FORMA, ESTRUTURA, COESÃO E VOZ	Antonio Gidi		Juspodivm	2023	9788544243602	1
Reforma Tributária no Setor Elétrico	Diogo Olm Ferreira (org.)		Lumen Juris	2026	9788551936771	1
Regulação 4.0		v. II	Revista dos Tribunais	2020	9786556142319	1
Regulação da Atividade Econômica e dos Serviços Públicos	Flávio Garcia Cabral, Priscilla de Siqueira Gomes, Rejane Amorim Monteiro Mishima		Mizuno	2024	9786555269628	1
Regulação da Inteligência Artificial no Brasil	Esclepiades de Oliveira Neto		Lumen Juris	2024	9788551930335	1
Regulação e Cidades Inteligentes	Rodrigo Bandeira de Mello		Lumen Juris	2025	9788551935804	1
Regulação e Proteção de Dados Pessoais - O Princípio da Accountability	Bruno Ricardo Bioni		Forense	2022	9786559645923	1
Regulação Econômica e Processo Civil: Tutela Individual e Coletiva na Solução de Conflitos Envolvendo Serviços Públicos	Marcos Rolim da Silva		Juspodivm	2022	9786556802886	1
Regulação em Foco	Hélio Roberto Silva de Sousa, Marcelo Nogueira Mallen da Silva		Lumen Juris	2025	9788551935958	1

Regulação Ético-Jurídica de Inteligência Artificial na Administração Pública	Raphael Lobato Collet Janny Teixeira		Lumen Juris	2023	9788551926369	1
Repensando o RH: Ágil, diverso e exponencial	JP Coutinho		Caroli	2022	9786586660166	1
REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO: Metodologias e Processos	Gercina Ângela de Lima (organizadora)		Interciência	2024	9788571934818	1
Responsabilidade civil	Flávio Tartuce	6. ed.	Forense	2025	9788530995485	1
RESPONSABILIDADE DO GESTOR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Thiago Marrara , Sabrina Nunes Iocken, José Maurício Conti , André Castro Carvalho		Fórum	2022	9786555184112	1
Segurança e Transição Energética	Daniela Garcia Giacobbo	Tomo I	Synergia	2022	9786586214864	1
Segurança e Transição Energética	Daniela Garcia Giacobbo	TOMO II	Synergia	2024	9786586214352	1
Segurança e Transição Energética	Daniela Garcia Giacobbo	TOMO III	Synergia	2024	9786598272104	1
Segurança e Transição Energética	Daniela Garcia Giacobbo	TOMO IV	Synergia	2025	9786598272296	1
Sentença, Coisa Julgada e Ação Rescisória	José Miguel Garcia Medina		Revista dos Tribunais	2023	978-6526001790	1
Simplificando a Governança de Dados	Bergson Lopes Rêgo		Brasport	2020	9786588431122	1
Sistemas de Distribuição de Energia Elétrica: Conceitos Básicos e Modelagem	Antonio Carlos Zambroni de Souza (Autor), Cristian Adolfo Alvez (Autor), Renan Souza Moura (Autor)		Interciência	2024	9788571934689	1
Sistemas Regulatórios de Dados Pessoais	Fernando Antonio Tasso		Foco	2024	9786561201322	1
Sobre tensões em sistemas de distribuição de energia elétrica	Vilson Luiz Coelho, Adroaldo Raizer		CRV	2021	9786525102023	1

Tarifa Moderna - Visão Sobre O Futuro Da Tarifa De Distribuição De Energia Elétrica	Ana Lúcia Rodrigues Da Silva H		Synergia	2019	9786586214109	1
Temas de Direito e Economia da Regulação	Luiz Felipe Monteiro Seixas		Lumen Juris	2022	9788551918678	1
TEMAS RELEVANTES NO DIREITO AMBIENTAL & CLIMÁTICO (transição energética)	Alexndre Chini, Juliana Jaczun, Leandro Mello Frota, Maria Tereza Uille Gomes (Coords.)	Tomo I	Synergia	2023	9786586214086	1
Temas Relevantes no Direito de Energia Elétrica	Fábio Amorim Da Rocha (coord.)	Tomo IX	Synergia	2022	9786586214697	1
Temas Relevantes no Direito de Energia Elétrica	Vários autores	Tomo X	Synergia	2023	9786586214918	1
Temas Relevantes no Direito de Energia Elétrica	Vários autores	Tomo XI	Synergia	2024	9786598272128	1
Temas Relevantes no Direito de Energia Elétrica	Vários autores	Tomo VIII	Synergia	2020	9786586214079	1
Teoria da argumentação jurídica	Robert Alexy	6. ed.	Forense	2021	9786559640652	1
Teoria da Norma Jurídica	Norberto Bobbio		Edipro	2016	9788572839037	1
Teoria do Estado Regulador	Sérgio Guerra (org.).	v. 1	FGV DIREITO	2015	978853625288-9	1
Teoria do Estado Regulador	Sérgio Guerra (org.).	v. 2	FGV DIREITO	2017	978853626648-0	1
Teoria do Estado Regulador	Sérgio Guerra (org.).	v. 3	FGV DIREITO	2018	978853627680-9	1
Teoria do Estado Regulador	Sérgio Guerra (org.).	v. 4	FGV DIREITO	2020	978853629366-0	1
Teoria do Estado Regulador	Sérgio Guerra (org.).	v. 5	FGV DIREITO	2022	978853629675-3	1
Teoria do Estado Regulador	Sérgio Guerra (org.).	v. 6	FGV DIREITO	2022	978652630562-1	1
Teoria do fato jurídico - plano da validade	Marcos Bernardes De Mello	15. ed.	Saraiva	2019	9788553608508	1

Teoria do fato jurídico - plano de eficácia	Marcos Bernardes De Mello	11. ed.	Saraiva	2019	9788553608393	1
Teoria do Ordenamento Jurídico	Norberto Bobbio	2. ed.	Edipro	2019	9788572836142	1
Teoria dos Princípios	Humberto Ávila	23. ed.	Juspodivm	2025	9788544264010	1
Teoria Geral do Estado e Ciência Política	João Roberto Gorini Gamba	4. ed.	Atlas	2025	9786559777365	1
Teoria Geral do Processo	Dierle Nunes Alexandre Bahia Flávio Quinaud Pedron	3. ed.	Juspodivm	2026	9788544262573	2
Teoria Geral do Processo	Sergio Pinto Martins	11. ed.	Saraiva Jur	2026	9786584004146	1
Teoria Geral do Processo Tecnológico	João Sergio dos Santos Soares Pereira, Luís Manoel Borges do Vale		Revista dos Tribunais	2025	9786526012352	1
Transformação Digital Além do Óbvio: casos comentados de empresas brasileiras	Ana Catarina Lima Silva , Francisco A. Tavares Junior , Guilherme Castro , & 13 mais		Brasport	2025	9786560960602	1
TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Marcos Nóbrega		Fórum	2024	9786555186499	1
Transição Energética no Contexto da Crise Climática e o Hidrogênio Renovável - Análise Jurídico-Política - Recorte Brasil e Europa	Andréa M. G. Leandro		Juruá	2025	9786526320921	1
TRANSIÇÃO ENERGÉTICA, PERCEPÇÃO SOCIAL E GOVERNANÇA	DRIELLI PEYERL, KAREN MASCARENHAS, EDMILSON MOUTINHO (Orgs.)		Synergia	2023	9786586214840	1
Transmissão de energia elétrica: tecnologia em evolução	José Maurício de Barros Bezerra		Blucher	2025	9788521222484	1
Tratado de Arbitragem	Sílvio Venosa, Rafael Gagliardi, Caio Tabet		Foco	2024	9786555159271	1

Tratado de Direito Penal Tributário Brasileiro	Leandro Paulsen	4. ed.	Saraiva	2025	9788553627516	1
Treinamento de Equipes Ágeis: Um guia para Scrum Master	Lyssa Adkins		Alta Books	2020	9788550811147	1
Tributação Federal no Setor Elétrico	Diogo Olm Ferreira		Lumen Juris	2025	9788551927250	2
Tributação nas Operações com Energia Elétrica	Antonio Ganim	2. ed.	Synergia	2025	9786598272265	1
Tudo o que Você Precisa Saber sobre Energia	José Goldemberg		Bookman	2023	9788582606247	1
Estatística e Ciência de Dados	Pedro Alberto Morettin, Julio da Motta Singer		LTC	2025	9788521638995	2

\* Os livros deverão ser entregues em sua edição mais atualizada, salvo quando outra edição for especificamente indicada no Termo de Referência ou na Ordem de Fornecimento.



## 14. ANEXO II

### ANEXO II - PROCEDIMENTOS DE RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA

1. Nos termos do Título IV da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, o licitante/adjudicatário que cometer infrações administrativas até o momento da formalização do instrumento contratual, sem prejuízo e independentemente de sua desclassificação, bem como o contratado, fica sujeito à abertura de processo administrativo para a apuração de responsabilidade administrativa, nos limites e na conformidade à uniformização de modelos da AGU e no conjunto de diplomas normativos e obrigacionais e atos que sistematicamente regem a licitação e a contratação. As infrações abaixo discriminadas permitem a cominação de diversas penas e a imposição de penalidades maiores que o doravante consignado, condicionadas à adequada fundamentação para o fim de compatibilizar a devida reprimenda às condutas em sua efetiva gravidade, inclusive a majoração percentual e de valor da pena assinalada.

1.1. Dentre outros comportamentos e demais consequências, como penais e cíveis, administrativamente, os licitantes também se sujeitam às cominadas penas para as correlatas infrações, que têm sede legal nos termos do artigo 156 da Lei 14.133/21, sem prejuízo das aqui versadas.

1.2. A apuração de responsabilidade por infrações administrativas de licitantes no transcurso licitatório tem por base a capitulação das seguintes ilicitudes em decorrência dos identificados, sancionados até os limites indicados:

2. Não manutenção da proposta ou lance:

2.1. Desistência ou pedido de desclassificação:

2.1.1. Da proposta:

Pena: multa de 1,5%, no valor mínimo de R\$ 1.500,00

2.1.2. Do lance final:

Pena: multa de 2% do valor do lance, no valor mínimo de R\$ 2.000,00

2.1.3. O pedido de desclassificação não importará infração administrativa nas cumulativas situações devidamente reconhecidas pelo Pregoeiro, as quais se valem para demais tipificações e apreciações, também válidas para demais caracterizações para identificação de eventual infração administrativa, abertura de processo de apuração de responsabilidade e penalização, desta e demais infrações:

2.1.3.1. Fato superveniente;

2.1.3.2. Boa-fé, a qual se presume na solicitação do licitante antes de sua convocação.

2.1.3.3. Erro escusável. Consideram-se válidas as escusas, dentre outras:

2.1.3.3.1. Erro na proposta sem oferta de lance na fase competitiva, considerando-se as especificações do produto ou serviço em cotejo com a demanda fixada no Edital.

2.1.3.3.2. Erro no lance ofertado: pronta informação de erro pelo licitante, cotejada com demais elementos e informações aferidos pelo Agente de Contratação.

2.1.3.3.3. Expertise que se exige em cotejo com o objeto social, capital social, experiência, porte da empresa e produto ofertado, sem prejuízo do profissionalismo esperado no negócio, valor, essencialidade, ordinariedade, custo do objeto, produto ou prestação de serviço.

3. Não atender a diligência do Pregoeiro, em conformidade às condições prescritas, na forma, tempo e modo de regência, para as finalidades de ajustar, apresentar, adequar:

3.1. Proposta de preços.

Pena: multa de 2,5% do valor da proposta ou lance, no valor mínimo de R\$ 2.500,00.

3.2. Documentos de habilitação.

Pena: multa de 2,5% do valor da proposta ou lance, no valor mínimo de R\$ 2.500,00.

3.3. Amostras.

Pena: multa de 3% do valor da proposta ou lance, no valor mínimo de R\$ 3.000,00

3.4. Demais desatendimentos à convocação do Pregoeiro.

Pena: multa de 2% do valor da proposta ou lance, no valor mínimo de R\$ 2.000,00.

4. Não apresentação de proposta válida:

4.1. Não adequação da proposta de preço, com o ajuste e especificação de seus componentes em decorrência do lance em cotejo com a original proposta apresentada.

Pena: multa de 4% do valor da proposta ou lance, no valor mínimo de R\$ 4.000,00.

4.2. Resposta à convocação do Pregoeiro ou resposta à diligência do Pregoeiro, a exemplo de proposta de preços, documentos de habilitação e amostras solicitadas em manifesta desconformidade às condições clara e objetivamente definidas no Edital;

Pena: multa de 7% do valor da proposta ou lance, no valor mínimo de R\$ 7.000,00.

4.2.1. Enquadra-se nas condutas ilícitas descritas, quem em eventual comunicação de recebimento da demanda, não entrega efetivamente as informações, documentos e remessas solicitadas.

4.3. Apresentar lance ou proposta manifestamente inexequível, considerando-se como tal, quaisquer das situações:

4.3.1. Não suporte os custos mínimos normativamente obrigatórios;

4.3.2. Não comprove contemplar os custos materialmente necessários ou economicamente sustentáveis à viabilidade do objeto licitado;

4.3.3. Não comprove deter patrimônio líquido, disponível e livre de quaisquer obrigações ou indícios de que se vincule a diversa responsabilidade denotando suporte econômico-patrimonial para arcar com os custos referidos nos itens precedentes quando sejam maiores que o lucro estimado em decorrência do lance apresentado.

Pena: multa de 10% do valor da proposta ou lance, no valor mínimo de R\$ 10.000,00.

4.4. Apresentar objeto inadequado aos termos do Edital, considerando-se como tal, dentre outras situações:

4.4.1. Especificação que impeça o funcionamento do produto ou a viabilização da prestação do serviço conforme demandado pela Administração;

4.4.2. Majoritário ou essencial desatendimento das especificações do produto ou serviço;

4.4.3. Frontal desconformidade das especificações que definiram a razão de ser do certame.

Pena: multa de 3% do valor da proposta ou lance, no valor mínimo de R\$ 3.000,00.

4.5. A caracterização das infrações de oferta de lance ou proposta manifestamente inexequível e oferta de objeto inadequado ao Edital requer indícios de materialidade a serem constatados pelo Pregoeiro, após outorgar a oportunidade de manifestação do licitante em atendimento à sua convocação em diligência.

5. Não formalização contratual, enquadrando-se na infração, dentre outros comportamentos, não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, a não entrega de documentação necessária inviabilizando a assinatura do contrato ou não assinar contrato, estando, em qualquer situação, no prazo de validade da proposta:

Penas:

Multa de 10% do valor total da proposta ou lance final, no valor mínimo de R\$ 10.000,00; e

Impedimento de licitar e de contratar com a União por 18 meses.

6. Comportamento inidôneo, considerando-se, dentre outros:

6.1. Participar do certame em situação restritiva que o impeça, a exemplo de licitante impedida, suspensão do direito de licitar ou contratar, descredenciado no SICAF

Penas:

Multa de 7% do valor total da proposta ou lance final, no valor mínimo de R\$ 7.000,00; e

Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a ANEEL por 24 meses.

6.2. Licitante não habilitada ou não qualificada

Penas:

Multa de 10% do valor total da proposta ou lance final, no valor mínimo de R\$ 10.000,00; e

Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a ANEEL por 12 meses.

6.3. Falsidade documental ou ideológica

Penas:

Multa de 20% do valor total da proposta ou lance final, no valor mínimo de R\$ 20.000,00; e

Impedimento do direito de licitar e contratar com a União por 30 meses.

6.3.1. Considera-se, dentre outras, documentação falsa, a apresentação de:

6.3.1.1. Documento com conteúdo falso;

6.3.1.2. Documentação com emenda ou rasura que prejudique a veracidade de informações;

6.3.1.3. Declaração falsa quanto ao enquadramento como ME/EPP e para efeito do Decreto nº 7.174/2010 e normativas que se sucederem;

6.3.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

6.3.1.5. Comportar-se de modo inidôneo.

7. Frustrar o caráter competitivo do certame; agir em conluio ou em desconformidade com a lei, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances; induzir a erro no julgamento; modificar a proposta apresentada, a exemplo de incluir, retirar ou alterar propostas e especificações do objeto apresentado, da qualificação e habilitação do licitante; agir com fraude, inclusive fiscal; fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; ou cometer fraude de qualquer natureza; praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Penas:

Multa de 25% do valor total da proposta ou lance final, no valor mínimo de R\$ 25.000,00; e

Impedimento do direito de licitar e contratar com a União por 36 meses.

8. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Pena mínima de multa entre 5% e 20% do valor do contrato.

9. Dar causa à inexecução parcial do contrato.  
Pena mínima de multa entre 10% e 25% do valor do contrato.
10. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;  
Pena mínima de multa entre 15% e 30% do valor do contrato.
11. Dar causa à inexecução total do contrato;  
Pena mínima de multa entre 20% e 30% do valor do contrato.
12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, apreciará as justificativas arguidas, considerará o princípio da proporcionalidade, a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena e o dano causado à Administração, embora não se confundam a responsabilidade civil com a administrativa e parâmetros estipulados na infração de desistência.

12.1. A dosimetria das penas, segundo a modalidade de pena cominada considerará, salvo se elemento constitutivo da infração, na seguinte ordem:

12.1.1. Causa de aumento em 10%:

12.1.1.1. Histórico de punições: outras condenações por infrações administrativas, inclusive em diversas entidades e órgãos, em penas iguais ou diversas em razão de mesmas ou diversas condutas e infrações conforme registrado no SICAF nos 36 meses precedentes.

12.1.2. Causas de diminuição da pena, cada qual em 10%, dentre outras provadas pelo apenado:

12.1.2.1. Imediata comunicação do fato;

12.1.2.2. Confissão;

12.1.2.3. Diminuição do dano;

12.1.2.4. Reparação do prejuízo.

12.2. Reincidência específica. O mesmo comportamento cometido perante a ANEEL nos precedentes 36 meses devidamente apurado e sancionado, independentemente da pena cominada importará:

12.2.1. Aumento da cominada penalidade em 50% (cinquenta por cento), até o limite temporal de 60 (sessenta) meses; e

12.2.2. Caso não haja sanção restritiva do direito de licitar, também importará a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a ANEEL por 24 meses.

12.3. Concurso de infrações.

12.3.1. Concurso formal. Múltiplas infrações resultantes de uma mesma conduta, quer omissiva, quer comissiva. Cominando-se penas da mesma espécie, as mesmas são somadas e após se reduz da pena unificada percentual de 30% para cada infração.

12.3.2. Concurso material. Múltiplas infrações decorrentes de inúmeras condutas são punidas com a soma das penas de mesma espécie.

12.4. As penalidades terão necessária publicidade e registro, sobretudo no SICAF; são independentes, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, no tocante à responsabilidade civil, penal e administrativa, tais quais:

12.4.1. Provocar a iniciativa do Ministério Público;

12.4.2. Oficiar ao Tribunal de Contas da União, em face do artigo 46 da Lei nº 8.443/92;

12.4.3. Instaurar processos administrativos, em face da Lei nº 12.846/13.

12.5. A aplicação de qualquer penalidade realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante /adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

13. A autoridade competente, na aplicação das sanções, julgará as justificativas arguidas, levando em consideração o princípio da proporcionalidade, a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena e o dano causado à Administração, embora não se confundam a responsabilidade civil com a administrativa, observado o princípio da proporcionalidade, a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14. Sem prejuízo do andamento do processo de apuração da infração, o instrumento contratual – consideradas a urgência da necessidade pública e a gravidade da conduta apurada - poderá ter sua vigência iniciada; finda a apuração e confirmada a hipótese de condenação administrativa, o ajuste, se vigente, estará sujeito à rescisão unilateral/cancelamento.

14.1. Os valores das multas consistem em créditos a serem recolhidos no prazo e forma legal, resguardados atos de cobrança e execução, administrativa e judicial, na forma sequencial e prioritária de compensação, retenção e dedução dos pagamentos devidos pela Administração; pagamento mediante Guia de Recolhimento da União – GRU; desconto do valor da garantia prestada.

14.1.1. É possível, ad cautelam, a retenção do valor da multa presumida antes da instauração do regular procedimento administrativo.

14.2. As comunicações e documentos afetos aos processos de apuração de responsabilidade administrativa podem ser remetidos via eletrônica ao e-mail da parte apurada constante de cadastros oficiais, tanto da pessoa jurídica apurada, quanto dos seus sócios, dirigentes e administradores, notadamente o SICAF, assegurado e certificado o envio e o recebimento da notificação eletrônica, como definida na Resolução ANEEL nº 804

/2018 e normativas que se seguirem.

14.3. Nos Pregões eletrônicos, considerando o dever de o licitante acompanhar o certame até o encerramento final de sua sessão, é válido e deve ocorrer de forma preferencial o ato do Pregoeiro que identifica as condutas de licitantes como possíveis infrações administrativas.

14.3.1. O ato de identificação será apostado na plataforma onde transcorre a licitação, valendo-se como regular comunicação do apurado, preferencialmente após a aceitação da(s) proposta(s) vencedora(s)

14.3.2. Após a mencionada identificação, inicia-se, no primeiro dia útil subsequente, o prazo de cinco dias úteis para que o interessado, desejando, apresente manifestação preliminar.

14.3.2.1. O protocolo da peça e demais afetas ao processo de apuração de responsabilidade administrativa deve ser em via original na ANEEL em meio físico ou, havendo assinatura digital (token), pelo Protocolo Digital (instruções em <http://www.aneel.gov.br/protocolo-digital>).

14.3.2.1.1. É possível apresentação condicional de cópia.

14.3.2.1.1.1. A remessa de cópia pode ocorrer no prazo legal, por fax (61.2192-8882), protocolo digital sem assinatura digital ou remetida ao e-mail, correio eletrônico [apuraresp@aneel.gov.br](mailto:apuraresp@aneel.gov.br).

14.3.2.1.1.2. Todas as hipóteses de apresentação de cópia exigem, necessariamente, o protocolo das vias originais em até 5 dias do fim do prazo.

14.3.2.1.1.2.1. O prazo inicial para apresentação da via original se origina no dia imediatamente subsequente, útil ou não, ao fim do prazo para validamente ocorrer o ato de apresentação.

14.3.3. Após o transcurso do aludido prazo, com ou sem a resposta do licitante apurado, a autoridade superior deliberará a abertura de processo administrativo para apurar e eventualmente penalizar conduta ilícita administrativa do licitante no transcurso licitatório.

14.3.3.1. Havendo manifestação prévia, os seus fundamentos serão levados em conta para identificar manifesta falta de pressuposto processual.

14.3.3.2. Na eventualidade de o licitante ter apostado no sistema onde transcorre o Pregão Eletrônico a intenção de recurso face a sua exclusão ou para atacar a recusa da proposta que ofertou, as apresentadas razões de recurso serão consideradas para a abertura de processo administrativo para apurar e eventualmente penalizar conduta ilícita administrativa do licitante no transcurso licitatório.

14.3.3.2.1. Destaca-se que não se confundem os expedientes:

14.3.3.2.1.1. Relacionados com a recusa da proposta e a desclassificação do licitante, a exemplo da intenção de recurso registrada no sistema do Pregão Eletrônico e a apresentação das razões recursais; o juízo de reconsideração pelo Pregoeiro e a análise do recurso pela autoridade;

14.3.3.2.1.2. Relacionados com eventual infração administrativa do licitante no transcurso do Pregão Eletrônico, a exemplo do ato do Pregoeiro que a identifica; defesa prévia pelo licitante; abertura de processo administrativo para apurar e eventualmente penalizar eventual conduta ilícita administrativa do licitante no transcurso licitatório pela autoridade.

14.3.4. A abertura de processo administrativo para apurar e eventualmente penalizar conduta ilícita administrativa do licitante no transcurso licitatório não ocorrerá nas hipóteses devidamente justificadas de:

14.3.4.1. Flagrante regularidade da conduta identificada;

14.3.4.2. Patente causa que exclua a responsabilidade em tese apurada.

14.3.5. Estando o feito em ordem, a autoridade proferirá decisão da qual cabe recurso administrativo à autoridade superior.

15. Serão envidados esforços, dentre outros aspectos procedimentais e sancionatórios, em conformidade aos preceitos da Lei 14.133/31 e à sua principiologia, considerando, ademais, a impossibilidade de predeterminação da eventual sanção e da caracterização do ilícito, no processo de apuração de responsabilidade administrativa, inclusive prazos, embora impróprios e não peremptórios para a Administração, as seguintes orientações/boas práticas:

15.1. Considerando as diretivas do TCU, na dúvida acerca de possível infração, deve-se instaurar processo de apuração de responsabilidade administrativa; da mesma sorte em que aparente não haver infração ou não seja o caso de incidir pena, hipóteses que igualmente ensejam a instauração, processamento e julgamento em processo administrativo sancionatório; responsabilidade do sancionador, derivado do poder-dever punitivo, disciplinar, afeto à cláusula exorbitante, indisponibilidade e supremacia do interesse público;

15.2. Defesa prévia no prazo de quinze dias úteis;

15.3. Cumulação da pena de multa às demais, na forma do art. 156 da Lei 14.133/21, especialmente, além da multa, as sanções impeditivas;

15.4. Pena mínima do impedimento de licitar e de contratar de seis meses;

15.5. Na aplicação de penalidades, observância dos critérios do §1º do art. 156 da Lei 14.133/21 e das finalidades preventiva, educativa e repressiva, além de punitiva;

15.6. Advertência apenas hábil no curso contratual;

15.7. Condução do processo por comissão formada por no mínimo dois servidores públicos estáveis;

15.8. Apresentação pela comissão processante de relatório conclusivo;

15.9. Relatório conclusivo enfrentando as principais razões de fato e de direito deduzidas na defesa, na situação em concreto sob análise,

motivando acatamento ou não das razões de defesa e de recurso (hipótese de Nota Técnica em juízo de reconsideração);

15.10. Oportunidade de dedução de alegações finais no prazo de quinze dias úteis após relatório conclusivo;

15.11. Proceder à consultoria de assessoria jurídica prévia à tomada de Decisão SGA;

15.12. Esforços pela comissão processante para minutar sugestão de Decisão SGA para a autoridade competente consoante a sua convicção, atendendo aos princípios da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da proporcionalidade, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro);

15.13. Mesmo em caso de dispensa de licitação ou contratação direta, a necessidade de se comprovar a proposta mais vantajosa;

15.14. Garantia do contraditório e da ampla defesa em vista da concretização do devido processo legal;

15.15. Prioridade às fases de instrução e executória diante da pluralidade de feitos a cargo da comissão processante;

15.16. Ofício à seguradora em caso de garantia securitária- aviso de expectativa de sinistro instruída com cópia da notificação inaugural;

15.17. Uso dos meios céleres de comunicação, primeiramente notificação eletrônica, residualmente notificação à apurada endereçada em cadastros oficiais, notadamente SICAF e em caso de frustração em Imprensa Oficial;

15.18. Efeito suspensivo diante da interposição recursal, a se realizar em quinze dias úteis, exceto face a pena de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, atacada por pedido de reconsideração no mesmo prazo;

15.19. Inscrição das penas e publicidade das mesmas no prazo de quinze dias da sua estabilização.

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: nº 2061/2025-SGA/ANEEL, de 22/10/2025.

**FERNANDO ULISSES SANTOS DE ASSUNCAO**

Integrante Administrativo - SIAPE nº 2129672



*Assinou eletronicamente em 25/03/2026 às 09:53:50.*

Despacho: nº 2061/2025-SGA/ANEEL, de 22/10/2025.

**REINER ARAUJO FONSECA**

Integrante Requisitante - SIAPE nº 1561990

Despacho: nº 2061/2025-SGA/ANEEL, de 22/10/2025.

**RAQUELINE LEMES DE JESUS**

Integrante Técnico - SIAPE nº 2160807

Despacho: Portaria ANEEL nº 442/2023.

**DANIEL CARDOSO DANNA**

Autoridade Competente - SIAPE nº 1340374

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Estudo Técnico Preliminar 11-2026.pdf (2.48 MB)

## AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - DF

**Estudo Técnico Preliminar 11/2026****1. Informações Básicas**

Número do processo: 48500.031353/2025-11

**2. Legislação**

- Lei nº 14.133/2021: estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- Lei nº 9.610/1998: altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.
- Lei nº 9.784/1999: regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
- Lei nº 12.527/2011: dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.
- Lei nº 13.467/2017: altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.
- Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.
- Decreto nº 1.094/1994: dispõe sobre o Sistema de Serviços Gerais (SISG) dos órgãos civis da Administração Federal direta, das autarquias federais e fundações públicas, e dá outras providências.
- Decreto nº 10.818/2021: regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 14.133/2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública federal nas categorias de qualidade comum e de luxo.
- Decreto nº 10.947/2022: Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133/2021, para dispor sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações - PGC no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Decreto nº 11.246/2022: regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133/2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Decreto nº 11.890/2024: regulamenta o art. 26 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a aplicação da margem de preferência no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e institui a Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável.
- Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021: dispõe sobre a governança das contratações públicas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Portaria SEGES/ME nº 938/2022: institui o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, em atendimento ao disposto no inciso II do art. 19 da Lei nº 14.133/2021.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021: dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021: dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133/2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022: dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.
- Instrução Normativa SEGES nº 73/2022: dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022: dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 81/2022: dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência - TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR digital.
- Portaria ANEEL nº 6.143/2019: estabelece as Diretrizes Básicas da Política de Segurança da Informação e Comunicações a serem observados no âmbito da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.
- Lei nº 13.696/2018: institui a Política Nacional de Leitura e Escrita e dispõe sobre a universalização do direito ao acesso ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas e a democratização do acesso ao livro e aos diversos suportes à leitura por meio de



bibliotecas de acesso público, de forma a ampliar os acervos físicos e digitais e as condições de acessibilidade.

- Lei nº 10.753/2003: institui a Política Nacional do Livro e dispõe sobre o compromisso das bibliotecas de assegurar aos cidadãos o pleno exercício do direito de acesso ao uso dos recursos bibliográficos, sejam físicos ou digitais e, também, sobre a consignação de orçamento pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios para garantir verbas às bibliotecas para a manutenção e aquisição de livros.

### 3. Contratações Precedentes

3.1. Há um histórico de contratações de empresas para fornecimento de publicações nacionais para a ANEEL, conforme processos abaixo descritos:

Processo nº	PE	Contratado	Contrato	Valor R\$	Encerramento da vigência
48500.004206/2016	31/2016	Bartolai Livros Ltda. - EPP	132/2016	25.192,00	20/11/2017
48500.005434/2017	31/2017	Livraria Gonçalves Miranda Ltda. – EPP	0092/2017	29.060,00	20/12/2018
48500.004107/2018	37/2018	Helen Paula Caitana Dias Eireli	008/2019	29.512,00	31/01/2020

3.2. Não houve inconsistências na análise e no planejamento das contratações anteriores.

### 4. Classificação – Sigilo

4.1. De acordo com o disposto na Lei nº 12.527/2011 (LAI), não há necessidade de classificar partes ou o conteúdo integral dos documentos de planejamento desta contratação como sigilosos.

### 5. Descrição da necessidade

**Síntese:** Serviço de Fornecimento de Livros.

5.1. A Biblioteca da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL apresenta defasagem significativa em seu acervo bibliográfico, especialmente, nas áreas de Direito, Energia, Regulação, Economia e Administração Pública. Não há atualização sistemática do acervo há mais de cinco anos, em razão de cortes orçamentários, o que tem impactado diretamente o suporte informacional às unidades organizacionais e à tomada de decisão técnica e regulatória.

5.2. Esse cenário resultou no aumento da dependência de empréstimos de livros de outras bibliotecas, evidenciando lacunas no atendimento das demandas internas. Considerando que a Biblioteca da ANEEL é referência nacional no setor elétrico, torna-se imprescindível a atualização do acervo com obras atuais e especializadas, alinhadas às necessidades institucionais e às tendências editoriais dessas áreas.

5.3. A renovação do acervo não é apenas uma medida para manter a instituição atualizada, mas é essencial para promover a excelência nas áreas de atuação das Unidades Organizacionais, garantindo que o público interno tenha acesso a recursos informacionais atualizados para realizar suas atividades de maneira eficaz. Investir na atualização do acervo é uma estratégia fundamental para fortalecer a capacidade da instituição de enfrentar desafios contemporâneos.

### 6. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SGE/ANEEL	Daniel Cardoso Danna - Secretário-Geral

### 7. Descrição dos Requisitos da Contratação

7.1. Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## 7.2. Modo de prestação dos serviços:

7.2.1. As necessidades da ANEEL são pontuais, portanto a prestação dos serviços não será caracterizada como serviço continuado, nos termos previstos pela Lei nº 14.133/2021, art. 6º, XVII, devendo o contrato ter vigência até 31/12/2026.

7.2.2. A empresa, que vier a vencer o processo licitatório, deverá ter a capacidade de fornecimento dos livros de diversas áreas de concentração (Direito, Engenharia, Energia Elétrica etc.), possuir logística de entrega do material na sede da ANEEL, dentro do tempo estipulado no TR.

7.2.3. Será encaminhada à CONTRATADA Ordem de Fornecimento, conforme modelo disponível em <https://www.gov.br/aneel/pt-br/centrais-de-conteudos/manuais-modelos-e-instrucoes/licitacoes-e-contratos>, contendo a relação dos livros que a ANEEL espera que sejam fornecidos. O fornecimento dos livros deverá ser acompanhado de lista dos itens fornecidos e respectivos valores, aplicado o desconto registrado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Os itens constantes da Ordem de Serviços não fornecidos deverão esclarecer o motivo do não fornecimento, na mesma lista ou em lista separada.

7.2.4. O prazo de entrega dos itens é de 60 (sessenta) dias, contados do aceite ou retirada da Ordem de Fornecimento pela CONTRATADA, em remessa única para cada Ordem de Serviço, devidamente acompanhada de fatura.

7.2.5. A CONTRATADA deverá apresentar, junto à fatura, o catálogo de preços das editoras vigentes no mês do faturamento para todos os livros entregues, para fins de conferência do desconto aplicado.

7.2.6. Caberá à CONTRATADA fornecer o material devidamente embalado, de forma a não sofrer danos durante as operações de transporte, carga e descarga.

7.2.7. Os livros deverão ser entregues em sua edição mais atualizada, salvo quando outra edição for especificamente indicada no Termo de Referência.

7.2.8. Todos os exemplares devem estar em perfeito estado de conservação, sem qualquer indício de uso anterior. Não serão aceitos livros que apresentem desacordo com as especificações técnicas, ou que possuam embalagem e/ou conteúdo danificados, incluindo, mas não se limitando a amassados, rasgos, rasuras, sujidades, manchas, deformações, páginas soltas, faltantes ou ilegíveis.

7.2.9. A entrega de exemplares com qualquer irregularidade implicará a substituição, no prazo de 15 (quinze) dias, pela CONTRATADA, sem ônus adicional para a Administração.

7.2.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil da empresa vencedora pela perfeita qualidade do material fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades porventura detectadas durante a utilização do material.

7.2.11. Caberá à CONTRATADA notificar a CONTRATANTE, dentro do prazo de entrega, quanto aos livros solicitados que estejam no prelo ou esgotados, por meio do envio de carta da editora e/ou distribuidora responsável pela publicação justificando tal situação, devendo ainda acompanhar o lançamento ou reimpressão/reedição e encaminhá-los assim que disponíveis no mercado livreiro.

## 7.3. Amostra, exame de conformidade e prova de conceito

Não se aplica.

## 7.4. Carta de Solidariedade

Não se aplica.

## 7.5. Leis ou regulamentações específicas

Não se aplica.

## 7.6. Requisitos de sustentabilidade

7.6.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

- Os bens adquiridos devem ser preferencialmente acondicionados em embalagens que empreguem materiais reciclados ou recicláveis. A prioridade é reduzir o volume, mantendo, contudo, a segurança durante transporte e armazenamento, conforme estabelecido na Instrução Normativa nº 1 da SLTI/MPOG, datada de 19 de janeiro de 2010.
- A empresa contratada deve aderir às normas federais, estaduais e distritais referentes aos critérios de preservação ambiental. Tal conformidade é essencial para assegurar que as práticas adotadas estejam alinhadas com as regulamentações vigentes.

## 7.7. Garantia da contratação

Não será exigida a garantia da contratação nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Justificativa: O objeto a ser contratado é bem de pronta entrega, com especificações comuns e de baixa complexidade.

## 7.8. Indicação de marcas ou modelos

Não se aplica.

## 7.9. Vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

Não se aplica.

## 7.10. Vistoria prévia

Não se aplica.

## 8. Levantamento de Mercado

### 8.1. Soluções existentes no mercado

8.1.1. Para elaboração deste Levantamento de Mercado, foram identificadas soluções adotadas por diversos órgãos da Administração Pública para aquisição de livros nacionais, abrangendo diferentes modalidades de contratação. Foram priorizados contratos recentes, com escopo aderente ao objeto deste ETP, bem como soluções comparáveis em porte, característica do fornecimento e critérios de julgamento, conforme mostra a tabela a seguir.

ÓRGÃO	MODALIDADE	CONTRATO	CONTRATADO	VALOR DO CONTRATO	CRITÉRIO	% DESCONTO DE CAPA	ENTREGA
Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF	Dispensa 90022/2024	44/2024	EUNICE MARIA GONCALVES DE OLIVEIRA	R\$35.559,97	Maior desconto	38,32%	Parcelada
Conselho Federal de Contabilidade - CFC	Dispensa 90003/2025	09/2025	EUNICE MARIA GONCALVES DE OLIVEIRA	R\$32.500,00	Maior desconto	35,00%	Parcelada
Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJU	Pregão 90010/2025	00014/2025	EXITO DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE LIVROS LTDA	R\$59.460,00	Maior desconto	40,54%	Parcelada
Presidência da República	Dispensa 9044/2025	00047/2025	SK DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE LIVROS LTDA	R\$48.497,30	Maior desconto	39,28%	Parcelada
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Dispensa 134/2025	-	MULT BOOKS LTDA	R\$32.829,72	Menor preço	-	Integral

8.1.2. Foi realizada também uma pesquisa junto a fornecedores de livros, abrangendo 15 (quinze) empresas selecionadas com base em contratos análogos na Administração Pública. Entretanto, somente 3 (três) fornecedores atenderam à solicitação de cotação. Dessa forma, apenas as cotações desses três constam na tabela apresentada.

FORNECEDOR	% DE DESCONTO DE CAPA	DATA DA PROPOSTA	VALIDADE DA PROPOSTA
SK Distribuidora e Comércio de Livros LTDA.	10%	16/01/2026	90 dias
Êxito Distribuidora e Comércio de Livros	15%	19/01/2026	90 dias
Eunice Maria Gonçalves De Oliveira – EPP	12%	23/01/2026	90 dias

8.1.3. A partir das contratações analisadas no Portal Nacional de Contratos Públicos (PNCP) e dos cenários encontrados na Administração Pública, foram identificadas quatro soluções no mercado, para o atendimento da necessidade de aquisição de livros impressos nacionais para atualização do acervo da Biblioteca da ANEEL.

**8.2. Solução 1** - Aquisição direta de livros impressos (fornecimento unitário, parcelado ou integral) com julgamento por menor preço global ou maior desconto sobre o valor de capa.

8.2.1. A solução é caracterizada pela aquisição de livros novos, nacionais, diretamente de livrarias ou distribuidoras especializadas, com entrega única ou parcelada, conforme demanda da Biblioteca.

8.2.2. Características principais

- Bens de consumo comum;
- Fornecimento por item ou por lista previamente definida;
- Possibilidade de entrega única ou parcelada;
- Critério de julgamento: maior desconto sobre o preço de capa (prática recorrente na Administração Pública).

8.2.3. Vantagens

- Modelo amplamente consolidado no setor público, inclusive em contratações recentes observadas no PNCP;
- Fácil especificação e fiscalização, já que os livros possuem identificação padronizada (ISBN, edição, editora);
- Maior previsibilidade, pois a Administração já define previamente a lista de títulos, reduzindo riscos de desatendimento;
- Alta aderência à necessidade da Biblioteca, que precisa de atualização física imediata de acervo defasado;
- Compatível com pregão ou dispensa, conforme valor e natureza do objeto;
- Maior controle orçamentário, já que o custo total é conhecido antes da contratação (especialmente no critério de menor preço global).

8.2.4. Limitações

- Atualização pontual do acervo;
- Dependência de novas contratações para reposição futura;
- Possível indisponibilidade de títulos no mercado editorial no momento da execução, exigindo substituições autorizadas.

8.2.5. Trata-se da solução predominante nas contratações públicas relacionadas a bibliotecas, conforme demonstram tanto os contratos analisados no PNCP quanto ETPs anteriores da própria ANEEL.

Além disso, é a solução mais compatível com a necessidade atual, que exige atualização rápida e objetiva do acervo físico.

**8.3. Solução 2** - Contratação de fornecedor com critério de “desconto sobre catálogo/editoras”

8.3.1. A solução é caracterizada pela contratação baseada em percentual de desconto fixo aplicado sobre catálogos de editoras ou preços de capa, permitindo seleção posterior dos títulos.

8.3.2. Características principais

- Catálogo aberto, permitindo a escolha posterior dos títulos;
- Flexibilidade para atualizar temas e incluir obras recém-lançadas;
- Pagamento apenas pelos livros efetivamente adquiridos.

8.3.3. Vantagens

- Modelo amplamente consolidado no setor público, inclusive em contratações recentes observadas no PNCP;
- Favorece a atualização contínua do acervo;
- Evita obsolescência da lista fixa inicial, pois o catálogo é dinâmico;
- Modelo bastante utilizado por bibliotecas de órgãos da administração pública, especialmente quando há grande variedade temática e maiores orçamentos.

8.3.4. Limitações

- A abertura para inclusão de título pode exigir maior controle da execução, aumentando a carga administrativa da equipe[AL21.1].
- O modelo tende a demandar períodos contratuais mais extensos, tornando a solução mais sensível a variações naturais do planejamento institucional. Além disso, a duração ampliada requer tratamento contínuo das etapas de análise e validação de títulos, o que intensifica a carga administrativa associada ao acompanhamento da execução.
- A solução pode ser menos previsível em termos de suficiência orçamentária, se os preços dos livros sofrerem ajustes ao longo da vigência.

8.3.5. Embora ofereça flexibilidade, o modelo apresenta riscos, pois exige controle da execução e pode se tornar menos previsível do ponto de vista orçamentário.

**8.4. Solução 3** - Assinatura ou licenciamento de bibliotecas digitais (e-books e bases técnicas)

8.4.1. A solução é caracterizada pela contratação de acesso a bibliotecas digitais especializadas, com livros técnicos, jurídicos e regulatórios em formato eletrônico.

8.4.2. Características principais

- Licenciamento por usuário ou por instituição;
- Acesso remoto e simultâneo;
- Atualizações automáticas do acervo.

#### 8.4.3. Vantagens

- Alinhamento com processos de transformação digital e modernização institucional;
- Acesso rápido, ampliado e remoto, facilitando o uso por equipes não presenciais;
- Redução de custos logísticos relacionados a armazenamento, manutenção física e transporte de materiais.

#### 8.4.4. Limitações

- Dependência integral de infraestrutura de TIC (rede, autenticação, plataformas);
- Restrições de uso impostas por licenças digitais, podendo limitar impressão, download ou compartilhamento;
- Interrupção imediata do acesso ao acervo quando encerrado o contrato, sem formação de patrimônio informacional;
- A coleção digital não substitui completamente o acervo físico, pois a área do Direito já possui muitos títulos online, enquanto o foco da Biblioteca da ANEEL, Energia, tem poucos livros digitais dispersos em várias editoras, o que dificulta a contratação.

8.4.5. Embora o modelo digital seja amplamente adotado em áreas jurídicas, há cobertura insuficiente nas áreas de Energia e Regulação, com obras dispersas entre várias editoras, o que inviabiliza um contrato único eficiente.

### 8.5. Solução 4 - Modelo híbrido (livros físicos + digitais)

8.5.1. A solução é caracterizada pela combinação de aquisição de livros impressos essenciais com acesso complementar a bases digitais.

#### 8.5.2. Vantagens

- Atende diferentes perfis de usuários, conciliando preferência por materiais físicos e acesso remoto a conteúdos digitais;
- Maximiza o uso do orçamento, ao permitir que parte das demandas informacionais seja suprida por bases digitais de amplo acesso;
- Representa estratégia moderna de gestão do conhecimento institucional, ampliando a disponibilidade de fontes e estimulando práticas de atualização contínua.

#### 8.5.3 Limitações

- Maior complexidade de gestão, pois envolve contratos com naturezas distintas (fornecimento de bens x licenciamento de conteúdo), exigindo controles separados, múltiplos responsáveis e acompanhamento diferenciado dos prazos de vigência, renovações e níveis de acesso;
- Maior orçamento necessário, especialmente para o componente digital, já que licenças anuais ou por usuário tendem a elevar de forma contínua o custo total da solução — sem geração de patrimônio informacional permanente;
- Cobertura limitada nas áreas de interesse da ANEEL, especialmente Energia e Regulação, uma vez que a oferta de títulos digitais é escassa, dispersa entre várias editoras e nem sempre disponível em bases consolidadas — o que reduz significativamente o ganho informacional esperado.
- Baixa relação custo-benefício diante da necessidade atual, pois o acervo físico da Biblioteca está defasado há mais de cinco anos, e o modelo híbrido não supre a demanda imediata por obras impressas atualizadas.
- Risco de contratação contínua sem entrega de patrimônio, já que o acesso digital termina com o fim da vigência, diferentemente dos livros físicos, que passam a integrar permanentemente o acervo;
- Necessidade de maior tempo para planejamento e desenvolvimento das contratações, o que conflita com a necessidade urgente de oferecer livros novos em um acervo que está defasado há mais de 5 anos.

8.5.4. Embora seja uma solução moderna de gestão da informação, demanda planejamento mais longo, múltiplos processos de contratação e maior disponibilidade orçamentária, o que não se compatibiliza com a urgência identificada: acervo físico defasado há mais de cinco anos.

### 8.6. Solução escolhida

8.6.1. Após análise das alternativas, concluiu-se que a solução mais adequada, eficiente e vantajosa para a ANEEL é a contratação baseada em percentual de desconto fixo aplicado sobre catálogos de editoras ou preços de capa, permitindo seleção posterior dos títulos (**Solução 2**).

Justificativas:

- Trata-se de um dos modelos mais amplamente utilizado pela Administração Pública em contratações análogas, conforme demonstrado nos contratos analisados no PNCP.
- Permite o atendimento imediato da necessidade institucional.
- Evita dependência de catálogos restritos ou assinaturas de bases com cobertura insuficiente nas áreas de Energia e Regulação.
- Minimiza riscos de execução e facilita fiscalização, por se tratar de bens comuns com identificação padronizada (ISBN, editora, edição).

8.6.2. De acordo com a necessidade da ANEEL e as características dos bens e/ou serviços que compõem a solução escolhida, a contratação deverá ser efetuada por meio de licitação, na modalidade pregão.

Justificativa:

-Entendeu-se que a contratação via licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, é a alternativa adequada por envolver bens comuns, com especificações objetivas e julgamento por maior desconto, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa SEGES nº 73/2022.

-Portanto, a realização de pregão eletrônico para o fornecimento baseado em percentual de desconto fixo aplicado sobre catálogos de editoras ou preços de capa, permitindo seleção posterior dos títulos, configurase como a alternativa mais eficiente e econômica, demonstrando aderência às práticas de mercado e atendendo plenamente à necessidade urgente de atualização do acervo físico da Biblioteca da ANEEL.

## 9. Descrição da solução como um todo

9.1. Pregão Eletrônico, para fornecimento de livros nacionais para compor o acervo bibliográfico da Biblioteca da ANEEL, baseado em percentual de desconto fixo aplicado sobre catálogos de editoras ou preços de capa, permitindo seleção posterior dos títulos.

9.2. A solução proposta consiste na aquisição de livros nacionais impressos, novos e em sua edição mais atualizada, destinados à atualização e ampliação do acervo bibliográfico da Biblioteca da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com julgamento pelo critério de maior desconto sobre o valor de capa.

9.3. A contratação abrangerá o fornecimento de livros identificados de forma objetiva por título, autor(es), editora, edição e ISBN.

9.4. Entende-se que o fornecimento é caracterizado por especificações usuais de mercado e ampla oferta por livrarias e distribuidoras especializadas.

9.5. O fornecimento poderá ser realizado em remessa única ou parcelada, mediante emissão de Ordem de Fornecimento, com prazo de entrega de até 60 (sessenta) dias, contado do aceite ou retirada da ordem pela contratada, admitida prorrogação em situações justificadas de indisponibilidade editorial, devidamente comprovadas. Os livros deverão ser entregues em perfeito estado de conservação, sem indícios de uso, e eventuais irregularidades deverão ser sanadas pela contratada, por meio de substituição imediata, sem ônus adicional para a Administração.

9.6. A opção pelo critério de julgamento por maior percentual de desconto fixo aplicado sobre catálogos de editoras ou preços de capa revela-se adequada e vantajosa, por se tratar de prática consolidada em contratações similares no âmbito da Administração Pública, conforme levantamento de mercado realizado, permitindo transparência na formação dos preços, facilidade de conferência e competitividade entre os licitantes.

9.7. A solução não envolve prestação de serviços contínuos, não admite subcontratação do objeto principal e não demanda garantia contratual, tendo em vista tratar-se de fornecimento de bens de baixa complexidade, com risco operacional reduzido e execução concentrada em prazo determinado.

9.8. Do ponto de vista da sustentabilidade, a solução contempla requisitos compatíveis com a natureza do objeto, tais como a preferência por embalagens recicláveis ou recicladas e a observância das normas ambientais vigentes, sem imposição de exigências desproporcionais que possam restringir a competitividade do certame.

9.9. A contratação encontra-se alinhada ao Plano de Contratações Anual – PCA/2026 da ANEEL, possui previsão orçamentária específica e não apresenta sobreposição ou interdependência com outras contratações vigentes, configurando-se como solução eficiente, econômica, juridicamente adequada e plenamente aderente às práticas de mercado, capaz de atender, de forma objetiva e tempestiva, à necessidade institucional de recomposição e atualização do acervo físico da Biblioteca da ANEEL.

## 10. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

10.1. Objetiva-se a aquisição imediata dos títulos discriminados no anexo 1 e posterior aquisição de títulos a serem especificados durante a vigência da contratação.

## 11. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 47.535,29

11.1. O valor total estimado da contratação é de R\$ 47.535,29, definido com base nos títulos previstos para aquisição imediata, discriminados no Anexo 1:

ITEM	CATSER /CATMAT	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL (R\$)
1	615119	Serviço de fornecimento de livros impressos nacionais	1	47.535,29

11.2. A metodologia utilizada para estimativa do valor da contratação bem como os documentos que lhes dão suporte estão indicados no Relatório da Pesquisa de Preços – Estimativa do Valor da Contratação (SEI 0308637).

## 12. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

12.1. Devido ao baixo valor da aquisição a equipe de planejamento entende não ser proveitoso o parcelamento.

## 13. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

13.1. A contratação pretendida não se sobreporá a nenhuma contratação atualmente vigente, e não há outra, que com ela, mantenha interdependência.

## 14. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

14.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual – PCA/2026 e alinhado com os demais instrumentos de planejamento da ANEEL, conforme detalhamento a seguir:

- ID PCA no PNCP: 02270669000129-0-000001/2026
- Data de publicação no PNCP: 12/05/2025
- Id do item no PCA: 105
- Classe/Grupo: 7610 – Livros e Folhetos
- Identificador da Futura Contratação: 323028 – 54/2026
- Objetivo estratégico: OE nº 12 - Potencializar a força de trabalho por meio do engajamento, cooperação e promoção de cultura organizacional alinhada às novas tendências e tecnologias
- Orçamento (SIGANEEL):
  - o Programa: nº 0032 - Gestão e Manutenção do Poder Executivo
  - o Ação: nº 2000 - Administração da Unidade
  - o Atividade ou Projeto (Item): nº 00000008828 - 1.1.11 - Adquirir Publicações Nacionais (Atividade)
- Classificação por natureza da despesa
  - o Despesa de Investimento
  - o Código da despesa: 173454 - Administração Da Unidade
  - o Elemento de Despesa: 4.4.90.52 – Equipamentos e material permanente

## 15. Benefícios a serem alcançados com a contratação

15.1. Pretende-se atualizar e a ampliar o acervo da biblioteca da ANEEL, disponibilizando recursos bibliográficos essenciais que promovam o contínuo desenvolvimento do conhecimento entre os usuários da ANEEL.

## 16. Providências a serem Adotadas

16.1. Não é necessário adotar providências para adequação do ambiente do órgão. A ANEEL já conta com os equipamentos e profissionais necessários para acompanhamento da contratação.

## 17. Possíveis Impactos Ambientais

17.1. Não se visualiza, a princípio, nenhum impacto ambiental com a aquisição pretendida. Deve ser exigido e observado o armazenamento e manuseio adequado para que o objeto da aquisição seja preservado.

## 18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### **18.1. Justificativa da Viabilidade**

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

Justificativas:

- Existência de amparo legal para a contratação da solução escolhida;
- Alinhamento da contratação aos instrumentos de planejamento da ANEEL;
- Reserva de recursos orçamentários;
- Fundamentação técnica e econômica para a escolha da solução;
- Identificação de contratos similares firmados com sucesso em outros órgãos da Administração Pública Federal;
- Existência de empresas capacitadas para fornecer a solução contratada de forma a se alcançar os resultados esperados; e
- Expectativa de se alcançar, com a opção escolhida, os resultados pretendidos em termos de custos, oferta de acervo e qualidade de prestação de serviços da Biblioteca da ANEEL.



## 19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: nº 2061/2025-SGA/ANEEL, de 22/10/2025.

### **FERNANDO ULISSES SANTOS DE ASSUNCAO**

Integrante Administrativo - SIAPE nº 2129672



*Assinou eletronicamente em 18/03/2026 às 10:05:16.*

Despacho: nº 2061/2025-SGA/ANEEL, de 22/10/2025.

### **REINER ARAUJO FONSECA**

Integrante Requisitante - SIAPE nº 1561990

Despacho: nº 2061/2025-SGA/ANEEL, de 22/10/2025.

### **RAQUELINE LEMES DE JESUS**

Integrante Técnico - SIAPE nº 2160807

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Lista de Livros.pdf (2.28 MB)

## ANEXO I - LISTA DE LIVROS

O Anexo I lista os livros que a ANEEL tem interesse em adquirir na primeira Ordem de Fornecimento e foi utilizada para a formação do preço total de referência.

Título Livro	Autor(Es)	Editora	Ano de Publicação	ISBN	Quantidade
100 barragens brasileiras	Paulo Teixeira Da Cruz	Oficina de Textos	2004	9788586238024	1
A detecção de problemas técnicos em barragens de concreto através da instrumentação	João Francisco Silveira	Oficina de Textos	2006	9786588460474	1
A ESTRATÉGIA ESG: POR QUE CUIDAR DO...SUSTENTÁVEL	Matthew Sekol	Autêntica Business	2025	9786559286195	1
A evolução da energia solar na matriz elétrica brasileira: perspectivas de implementação e impacto positivo na sustentabilidade	Filipe Gabriel Gama Rodrigues Neves, Carlos Frederico Duarte Rocha	Appris	2021	9786558207528	1
A Fazenda Pública em Juízo	Leonardo Carneiro Da Cunha	Forense	2025	9788530997557	2
A Geopolítica da Energia do Século XXI	Guilherme Sandoval Góes	Synergia	2019	9786586214369	1
A MUTABILIDADE NOS CONTRATOS DE CONCESSÃO	Flávio Amaral Garcia	Malheiros	2023	9788544239643	1
A Nova Regulação Econômica	Luciano Benetti Timm, Maria Carolina França	Foco	2024	9786561200189	1
A Prova dos Fatos Jurídicos - Noções Gerais	Michele Taruffo	Juspodivm	2026	9788544268964	1
A Regulação das Empresas Transnacionais no Brasil em Face da Tutela Constitucional Ambiental das Energias Renováveis	Celso Antônio Pacheco Fiorillo	Lumen Juris	2026	9788551938317	1
A Regulação Jurídica do Clima como Bem Ambiental e sua Defesa em Proveito da Pessoa Humana em Face do Direito Constitucional Brasileiro	Celso Antônio Pacheco Fiorillo	Lumen Juris	2025	9788551933770	1
A SEGURANÇA FINANCEIRA DO MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA	Ana Lúcia Rodrigues Da Silva, Dorel Soares, Roberto Castro	Synergia	2023	9786586214239	1
A TRIPLA FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JURISDICIONAIS PAUTADAS EM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	Henrique Alves Pinto	Juspodivm	2024	9788544250938	1
Acidentes e Rupturas de Barragens	Geraldo Magela	[S.N.]	2020	9786588460009	1
Administração Pública Digital: Proposições para o Aperfeiçoamento do Regime Jurídico Administrativo na Sociedade da Informação	José Luiz De Moura Faleiros Júnior	Foco	2024	9786555159080	1

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 11/2026 - ANEXO I - LISTA DE LIVROS (Pág. 2/13).

Agências Reguladoras Estaduais: Pesquisa Empírica sobre sua Maturidade Institucional	Eduardo Jordão; Lucas Thevenard; Bernardo Schwaitzer	Juspodivm	2025	9788544253977	1
Agências Reguladoras: Da organização administrativa piramidal à governança em rede	Sérgio Guerra	Fórum	2023	9786555185010	1
Arquitetura e Organização de Computadores – Uma Introdução	Gabriel Pereira Da Silva E José Antonio Dos Santos Borges	LTC	2024	9788521638650	1
Arquivologia: temas centrais em uma abordagem introdutória	Anna Carla Almeida Mariz, Thayron Rodrigues Rangel	FGV	2020	9788522521999	1
Arquivos e acervos históricos como forma de acessar o passado	Adriane Piovezan	InterSaberes	2020	9786555177015	1
As Agências Reguladoras Federais de Serviços Públicos e o Controle do Tribunal de Contas da União	Luciana Luso De Carvalho	Fórum	2022	9786555183528	1
Aspectos Relevantes da Cobrança de ICMS sobre as Tarifas de Energia Elétrica	Beijanicy Ferreira Da Cunha Abadia Valim	Almedina	2020	9788584936304	1
Aspectos Relevantes Dos Contratos De Comercialização De Energia Elétrica	Cristiane Peixoto De Oliveira	Synergia	2021	9786586214277	1
Automação de Manobras em Subestações de Transmissão de Energia: Uma abordagem prática para mitigação de erros humanos	Sérgio E. C. Dias	Dialética	2025	9786527081074	1
Avalie o que Importa: Como o Google, Bono Vox e a Fundação Gates Sacudiram o Mundo com os OKRs	John Doerr	Alta Books	2019	9788550804552	1
Barragens de enrocamento com face de concreto	Paulo Teixeira Da Cruz	Oficina de Textos	2014	9788579751554	1
Boa economia para tempos difíceis	Banerjee, Abhijit V., Duflo, Esther	Zahar	2020	9789896944995	1
Capacidade Contributiva e Seletividade no ICMS sobre Energia Elétrica	Erick Willian Pertussatto	Dialética	2026	9786527084556	1
CIÊNCIA DE DADOS - FUNDAMENTOS E APLICAÇÕES	Carvalho, André C. P. L. F. De Menezes, Angelo Garangau   Bonidia, Robson Parmezan	LTC	2024	9788521638759	1
Classificação em arquivos: fundamentos e práticas	Clarissa Moreira Dos Santos Schmidt	UFMG	2024	9786558581314	1
Código Civil Comentado: Doutrina e jurisprudência – Lei n. 10.406, de 10.01.2002	Cezar Peluso	Manole	2026	9788520461914	1
Código de Processo Civil Comentado	Daniel Amorim Assumpção Neves	Juspodivm	2026	9788544271025	1
Código de Processo Civil Comentado	Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart, Daniel Mitidiero	Revista dos Tribunais	2025	9786526029930	1
Código tributário nacional comentado artigo por artigo	Marcelo Ribeiro	Imperium	2026	9786560900523	1
Comentários à lei de licitações e contratações administrativas	Marçal Justen Filho	Revista dos Tribunais	2025	9786526028971	1
COMENTÁRIOS À LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - LEI Nº 14.133/21	Juliano Heinen	Juspodivm	2025	9788544265260	2

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 11/2026 - ANEXO I - LISTA DE LIVROS (Pág. 3/13).

Comentários à Lei de Recuperação e Falência - Arts. 1º a 69	Cássio Cavalli	Thompson Reuters	2026	9786526022924	1
Comentários Ao Código de Processo Civil	Fernando Gajardoni, Luiz Dellore, Andre Roque E Zulmar Oliveira Jr.	Forense	2026	9788530997489	2
Como Combater o Desperdício no Setor Público: Gestão de riscos na prática	Kleberson Roberto De Souza, Franklin Brasil	Fórum	2022	9786555183580	1
Compartilhamento dos Postes - Fundamentos Teóricos e Soluções Práticas	Alexandre Rosa Lopes	Juruá	2022	9788536295268	1
Concessões Eficientes	Lais Ribeiro De Senna	Lumen Juris	2025	9788551933442	1
Consensualismo na Administração Pública e Regulação: Reflexões para um Direito Administrativo do Século XXI	Bruno Dantas	Fórum	2023	9786555185959	1
Constitucionalismo, Regulação e Transição Energética: Horizontes e Desafios na Amazônia	Fernando Leal, Rafael Da Silva Menezes	Juspodivm	2025	9788540000000	1
Construindo Saberes: Energia	Thais Rodrigues	Lumen Juris	2026	9788551935934	1
Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Abordagem Objetiva e Didática	João Eudes Bezerra Filho	Atlas	2021	9788597026658	1
Contratação Direta Sem Licitação	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes	Fórum	2023	9786555182323	1
Contratos	Arnaldo Rizzardo	Forense	2026	9788530997847	2
Controle Democrático sobre as Decisões Públicas	Jorge Vilchez Guerrero	Lumen Juris	2026	9788551937136	1
Crimes em Licitações e Contratos Administrativos	Flávio Garcia Cabral	Fórum	2025	9788545007869	1
Cryptex da Preservação Digital	Humberto Celeste Innarelli	Appris	2023	9786525043241	1
Curso de Direito Administrativo	Celso Antônio Bandeira De Mello, Carolina Zancaner Zockun, Mauricio Zockun, Weida Zancaner	Fórum	2025	9786555189711	1
Curso de Direito Administrativo	Marçal Justen Filho	Forense	2025	9788530996338	1
Curso de Direito Civil: contratos	Cristiano Chaves De Farias, Nelson Rosendvald	Juspodivm	2026	9788544270394	1
Curso de Direito Civil: execução	Cristiano Chaves De Farias, Nelson Rosendvald	Juspodivm	2026	9788544270455	1
Curso de Direito Civil: obrigações	Cristiano Chaves De Farias, Nelson Rosendvald	Juspodivm	2026	9788544270431	1
Curso de Direito Civil: parte geral e LINDB	Cristiano Chaves De Farias, Nelson Rosendvald	Juspodivm	2026	9788544270424	1
Curso de Direito Civil: reais	Cristiano Chaves De Farias, Nelson Rosendvald	Juspodivm	2026	9788544270400	1
Curso de Direito Civil: responsabilidade civil	Cristiano Chaves De Farias, Nelson Rosendvald	Juspodivm	2026	9788544270417	1
Curso de Direito Comercial - Falência e Recuperação de Empresa	Sérgio Campinho	Saraiva Jur	2026	9786584004641	2
Curso de Direito Constitucional	Dirley Da Cunha Júnior	Juspodivm	2026	9788544271063	1

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 11/2026 - ANEXO I - LISTA DE LIVROS (Pág. 4/13).

Curso de Direito Constitucional	Ingo Wolfgang Sarlet, Luiz Guilherme Marinoni, Daniel Mitidiero	Saraiva	2025	9788553626878	1
Curso de Direito Internacional Público	Alberto Do Amaral Jr.	Juspodivm	2026	9788544263532	1
Curso de Direito Processual Civil	Humberto Theodoro Júnior E Érico Andrade	Forense	2026	9788530998288	1
Curso de Direito Processual Civil - v.1 Introdução ao Direito Processual Civil, Parte Geral e Processo de Conhecimento	Fredie Didier Jr.	Juspodivm	2026	9788544270516	1
Curso de Direito Processual Civil - v.2 - Teoria da prova, direito probatório, decisão, precedente, coisa julgada, processo estrutural e tutela provisória	Fredie Didier Jr. Paula Sarno Braga Rafael Alexandria De Oliveira	Juspodivm	2026	9788544270493	1
Curso de Direito Processual Civil - v.3 - Meios de Impugnação às Decisões Judiciais e Processo nos Tribunais	Fredie Didier Jr., Leonardo Carneiro Da Cunha	Juspodivm	2026	9788544270479	1
Curso de Direito Processual Civil - v.4 - Processo coletivo	Fredie Didier Jr. Hermes Zaneti Jr.	Juspodivm	2026	9788544270486	1
Curso de Direito Processual Civil - v.4 - Processo Coletivo - De acordo com a Nova Lei de Improbidade Administrativa	Fredie Didier Jr. Hermes Zaneti Jr.	Juspodivm	2026	9788544270486	1
Curso de Direito Tributário	Regina Helena Costa	Saraiva Jur	2026	9786551770586	1
Curso de Português Jurídico	Regina Toledo Damião, Antonio Henriques	Atlas	2023	9786559775347	1
Curso Intensivo de Python: uma Introdução Prática e Baseada em Projetos à Programação	Eric Matthes	Novatec	2023	978-8575228432	1
Curto-circuito: Quando o Brasil quase ficou às escuras	Roberto Rockman, Lúcio Mattos	Lúcio Mattos	2021	9786500219456	2
Data Science Do Zero: Noções Fundamentais com Python	Joel Grus	Alta Books	2021	9788550811765	1
Derivativos No Setor Elétrico	Rômulo Mariani, Gabriel Ortiz (Coordenadores)	Synergia	2022	9786586214826	1
DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO: Tomo I	Clarice Coutinho; Marcelo Tanos; Marina Meyer (Coord.)	Synergia	2024	9786598272074	1
Dinâmica da Regulação: Estudo de casos da jurisprudência brasileira: a convivência dos tribunais e órgãos de controle com agências reguladoras, autoridade da concorrência e livre iniciativa	Floriano De Azevedo Marques Neto, Egon Bockmann Moreira, Sérgio Guerra	Fórum	2023	9786555185881	1
Direito Administrativo	Maria Sylvia Zanella Di Pietro	Forense	2025	9788530995928	2
Direito Administrativo Comparado	Alexandre Santos De Aragão; Gustavo Binenbojm	Juspodvm	2024	9788544253069	1
Direito Administrativo e Alternative Dispute Resolution: Arbitragem, dispute board, mediação e negociação	Egon Bockmann Moreira, Leila Cuéllar (Autor), Flávio Amaral Garcia, Elisa Schmidlin Cruz	Fórum	2022	9786555184044	1
Direito Administrativo Moderno	Odete Medauar	Fórum	2024	9786555188547	1
Direito administrativo para céticos	Carlos Ari Sundfeld	Malheiros	2025	9788544254370	2

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 11/2026 - ANEXO I - LISTA DE LIVROS (Pág. 5/13).

Direito Administrativo Sancionador	Fábio Medina Osório	Thompson Reuters	2025	9786526011577	1
Direito Administrativo: O novo olhar da LINDB	Carlos Ari Sundfeld	Fórum	2022	9786555183368	1
Direito Ambiental Aplicado ao Setor Elétrico	Alexandre Oheb Sion, Lucyléa Gonçalves França	Del Rey	2020	9786555330038	1
Direito ambiental brasileiro	Paulo Affonso Leme Machado	Juspodvm	2026	9788544265024	2
DIREITO DA REGULAÇÃO - TEORIA E PRÁTICA DOS SETORES REGULADOS	Juliano Heinen	Juspodvm	2021	9786556803456	1
Direito da Regulação e Economic Analysis Of Law	Antônio José Maristrello Porto, Paulo Fernando De Mello Franco (Orgs.)	Fórum	2025	9786526317242	1
DIREITO DAS CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO	Egon Bockmann Moreira	Fórum	2024	9786555188653	1
DIREITO DE ENERGIA AREAS AFINS – TOMO IV	Vários Autores	Synergia	2020	9786586214215	1
Direito Digital	Patricia Peck Pinheiro	Saraiva Jur	2026	9786553625020	1
Direito dos Contratos Administrativos	André Luiz Freire	Revista dos Tribunais	2023	9786526002094	1
Direito dos serviços públicos	Alexandre Santos De Aragão	Fórum	2021	9788545002000	1
Direito Econômico da Energia	Leandro Konzen Stein	Lumen Juris	2023	9788551924280	1
Direito Financeiro	Tathiane Piscitelli	Atlas	2025	9786559777471	1
DIREITO FINANCEIRO APLICADO	Rafael Soares Da Fonseca	Noeses	2026	9788583103103	1
Direito Tributário	Ricardo Alexandre	Juspodvm	2025	9788544259894	1
Direito, Processo E Tecnologia	Paulo Henrique Dos Santos Lucon, Erik Navarro Wolkart, Francisco De Mesquita Laux, Giovani Dos Santos Ravagnani	Revista dos Tribunais	2021	9786556149110	1
Discrecionalidade, regulação e reflexividade	Sérgio Guerra	Fórum	2023	9786555185072	1
DISPUTE BOARDS – LICOES PARA O BRASIL	Ricardo Medina Salla	Thompson Reuters	2025	9786526029190	1
Economia Micro e Macro	Marco Antonio Sandoval De Vasconcellos E Márcio Bobik Braga	Atlas	2023	9786559774951	1
ELETROMOBILIDADE: ASPECTOS JURIDICOS E REGULATORIOS	Andre Fortes Chaves E Gabriel Siqueira Eliazar De Carvalho (Coords.)	Lumen Juris	2024	9788551928677	1
Energia e Civilização: Uma História	Vaclav Smil, José Goldemberg	Bookman	2024	9788582606391	1
Energia e Meio Ambiente	Alexandre Oheb Sion (Coordenador)	Del Rey	2020	9786557910399	1
ENERGIA HELIOTÉRMICA	Icaro Figueiredo Vilasboas, Julio Augusto Mendes Da Silva	Interciência	2024	9788571934535	1
ENERGIA SOLAR E GERAÇÃO DISTRIBUÍDA: MICROGERAÇÃO E MINIGERAÇÃO	André Saddy	CEEJ	2023	9786584958173	1
Energias Renováveis, Geração Distribuída e Eficiência Energética	José Roberto Simões Moreira (Organizador)	LTC	2025	9788521638919	1

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 11/2026 - ANEXO I - LISTA DE LIVROS (Pág. 6/13).

Equilíbrios Econômico-Financeiro das Concessões	Rafael Vêras De Freitas	Fórum	2023	9786555185997	1
Esg e Compliance - Interfaces, desafios e oportunidades	Natascha Trennepohl	Saraiva	2023	9786553623972	1
ESG nas relações de consumo	Fabiola Meira De Almeida Breseghello	IBRAC	2022	9786586352627	1
ESG NO SETOR PÚBLICO: SUSTENTABILIDADE E...FEDERAIS	Glenda Grando De Meira Menezes	Fórum	2025	9788545009085	2
ESG+: Governança Ambiental, Social e Corporativa	Ivani Contini Bramante, Selma Carloto E Simone Bramante	LTR	2023	9786558832539	1
ESTUDOS ANTIRROMÂNTICOS SOBRE CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Eduardo Jordão	Juspodivm	2025	9788544252727	1
Estudos de Direito da Energia	Francisco Paes Marques (Coeditor), João Marques Mendes (Coeditor)	Almedina	2023	9789894013228	1
Fundamentos da Proteção de Sistemas Elétricos: SPCS: Funções de proteção e Aplicações	Juliano Coelho Da Silva	Independently published	2025	9798290000000	1
Fundamentos da regulação- uma análise jurídica e econômica	Rodrigo Bernardes Braga	Singular	2021	9786586352269	1
Fundamentos da Transição Energética	Guilherme Barbosa Vinhas	Lumen Juris	2024	9788551929575	2
Fundamentos da Transparência Pública	Caroline Stéphanie Francis Dos Santos Maciel	Lumen Juris	2022	9788551921999	1
Fundamentos de Direito Administrativo Disciplinar	Sandro Dezan	Juruá	2025	9786526320853	1
Fundamentos de Direito Público	Irene Patrícia Nohara	Atlas	2022	9786559773404	1
Fundamentos de Economia e Gestão da Inovação	Victor Pelaez Et. Al. (Organizadores)	Hucitec	2023	9788584043019	1
Fundamentos do ESG: Geração de valor para os negócios e para o mundo	Fábio Galindo, Marcelo Zenkner, Yoon Jung Kim	Fórum	2022	9786555184600	1
Geopolítica e Energia	Ronaldo Gomes Carmona	Synergia	2020	9786586214017	1
Geoprocessamento no Setor Elétrico: Aplicações Práticas	Marcos Augusto Vilela (Coordenador)	Del Rey	2021	9786500339727	1
Gestão da Inovação e do Conhecimento: Uma Perspectiva Conceitual dos Caminhos para o Progresso	Isabel Cristina Dos Santos	Freitas Bastos	2023	9786556753232	1
Gestão da Perda Não Técnica de Energia Elétrica	Rafael M. R. Barros	Interciência	2023	9786589367703	1
Gestão de Contratos de Terceirização na Administração Pública: Teoria e prática	Madeline Rocha Furtado, Monique Rafaella Rocha Furtado, Antonieta Pereira Vieira, Henrique Pereira Vieira	Fórum	2023	9786555184693	1
Gestão de documentos no Brasil: uma visão a partir da situação da Administração Pública Federal	Renato Tarciso Barbosa De Sousa	Fino Traço	2023	9788580545883	1
Gestão de Pessoas	Joel Souza Dutra, Tatiana Almendra Dutra E Gabriela Almendra Dutra	Atlas	2026	9786559777976	1



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 11/2026 - ANEXO I - LISTA DE LIVROS (Pág. 7/13).

Gestão de Pessoas por Competências: Como Operacionalizar na Prática Esse Modelo	Iêda Maria Vecchioni Carvalho, Luciana Vecchioni Carvalho Lickfeld	Actual	2023	9786587019727	1
Gestão de Projetos - Preditiva, Ágil e Estratégica	Antonio Cesar Amaru Maximiano, Fernando Veroneze	Atlas	2022	9786559770830	1
Gestão do RH 4.0: digital, humano e disruptivo	Francisco De Assis Das Neves Mendes	Literare Books International	2021	9786559221387	1
Gestão Híbrida de Projetos	Antonio Santos, Analia Irigoyen E Alexandre Caramelo	LTC	2023	9788521638674	1
Governança de Dados no Setor Público	Luca Belli Et Al	Lumen Juris	2024	9788551929926	1
Governança de processos: um guia completo com estratégias e práticas para fortalecer o gerenciamento de processos e a governança corporativa	Ana Catarina Lima Silva	Brasport	2025	9786560960688	1
Governança Organizacional Pública e Planejamento Estratégico - Para Órgãos e Entidades Públicas	Augustinho V Paludo, Antonio G Oliveira	Foco	2024	9786561200417	1
Governança, Agências Reguladoras e Custos das Normas Regulatórias - Preparação, Coordenação, Direção e Equilíbrio na Elaboração das Normas Regulatórias	Flavine Meghy Metne Mendes	Juruá	2024	9786526309759	1
Hermenêutica Constitucional	Samuel Sales Fonteles	Juspodivm	2026	9788544269947	1
Hidrelétricas: projetos ambientalmente sustentáveis	Geraldo Magela	Planeta Azul	2022	9786550980559	1
Hidrogênio Verde: Perspectivas Jurídica, Regulatória e Técnica – Tomo III	Themoteo, Evangelista, Gersa Magalhães Erômulo Mariani	Synergia	2026	9786598272364	1
ICMS	Roque Antonio Carrazza	Juspodivm	2026	9788544262443	1
Impacto das perdas comerciais sobre o mercado de energia	Lucas Gustavo Arango, Benedito Donizeti Bonatto	Appris	2021	9786525006932	1
Implantação e Gestão de Repositórios Institucionais. Políticas, Memória, Livre Acesso e Preservação	Vários Autores	Edufba	2010	9788523206550	1
Instalações Elétricas	Hélio Creder	LTC	2022	9788521637639	1
Instrumentação e segurança de barragens de terra e enrocamento"	João Francisco Silveira	Oficina de Textos	2005	9788586238611	1
Inteligência Artificial e Tecnologias Inovadoras: a nova era da propriedade intelectual	Vários Autores	Synergia	2024	9786598272043	1
Inteligência Artificial: Aspectos Jurídicos	José Marcelo Menezes Vigliar	Almedina	2023	9786556279084	1
INTRODUÇÃO A ECONOMIA	Paul Krugman, Robin Wells	Gen	2023	9788595151147	1
Introdução ao controle bibliográfico	Bernadete Campello	Autêntica	2019	9788551306338	1
Introdução ao Estudo do Direito	Gustavo Filipe Barbosa Garcia	Juspodivm	2026	9788544265963	1
Lei Anticorrupção Empresarial	Rogério Sanches Cunha, Renee Do O Souza	Juspodivm	2026	9788544265550	1

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 11/2026 - ANEXO I - LISTA DE LIVROS (Pág. 8/13).

Lei das Sociedades Anônimas Comentada	Fábio Ulhoa Coelho, Ana Frazão, Mauricio Moreira Menezes, Rodrigo R. M. De Castro E Sérgio Campinho	Forense	2025	9788530997298	1
Lei de Arbitragem Comentada	Olavo Alves FerreiraDébora Cristina Fernandes Ananias Alves FerreiraMatheus Lins Rocha	Juspodivm	2026	9788544265338	1
Lei de Improbidade Administrativa comentada	Ronny Charles Lopes De Torres, André Jackson De Holanda Jr.	Saraiva Jur	2025	9788544258774	1
Lei de Introdução as Normas do Direito	Maria Helena Diniz	Saraiva Jur	2024	9788553620395	1
Lei Geral de Proteção de Dados no Setor Público.	Rodrigo Pironti	Fórum	2024	9786555187311	1
Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD	Edson Pires Da Fonseca	Juspodivm	2025	9788544254714	1
Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais Comentada	Laura Schertel Mendes, Isabela Maria Rosal E Elora Fernandes	Forense	2026	9788530000000	2
LEIS DE LICITAÇÕES PÚBLICAS COMENTADAS	Ronny Charles Lopes De Torres	Juspodivm	2025	9788544260715	2
LGPD - Proteção de dados aplicada na prática	Camilla Pinheiro (Coord.)	Revista dos Tribunais	2025	9786560900394	1
Licitação Pública e Contrato Administrativo	Joel De Menezes Niebuhr	Fórum	2025	9786555185171	1
Macroeconomia	N. Gregory Mankiw	Atlas	2021	9788597024531	1
Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades	Ariovaldo Dos Santos, Sérgio De Iudicibus, Eliseu Matins Et Al	Atlas	2022	9786559772490	1
Manual de Contratos de Comercialização de Energia	Gabriel Ortiz E Rômulo Mariani	Synergia	2025	9786600000000	1
Manual de Direito Civil	Flávio Tartuce	Método	2026	9788530999049	1
Manual De Direito Comercial	Fábio Ulhoa Coelho	Revista dos Tribunais	2026	9786526022979	2
Manual de Direito de Energia Elétrica	Rodrigo Bernardes Braga	D'Plácido	2020	9786555891003	1
Manual de Direito do Consumidor	Flávio Tartuce, Daniel Amorim Assumpção Neves	Método	2026	9788530999087	1
Manual de Direito do Consumidor à luz da jurisprudência do STJ	Felipe Braga Netto	Juspodivm	2026	9788544270042	1
Manual de Direito Empresarial	André Santa Cruz	Juspodivm	2026	9788544275771	2
Manual de Direito Financeiro	Harrison Leite	Juspodivm	2026	9788544270752	1
Manual de Direito Internacional Público	Paulo Borba Casella, Hildebrando Accioly	Saraiva Jur	2025	9788553625277	1
Manual De Direito Processual Civil	Daniel Amorim Assumpção Neves	Juspodivm	2026	9788544271001	1
Manual de Filosofia do Direito	Rizzatto Nunes	Atlas	2026	9786551770470	1
Manual de Licitações e Contratos Administrativos	Fernanda Marinela; Rogério Sanches Cunha	Juspodivm	2026	9788544270776	2

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 11/2026 - ANEXO I - LISTA DE LIVROS (Pág. 9/13).

Manual de Licitações e Contratos Administrativos	Maria Di Pietro, Edgar Guimarães, Fabrício Motta, Luciano Ferraz, Thiago Marrara E Victor Amorim	Forense	2025	9788530995768	1
Manual de Linguagem Jurídica	Maria José Constantino Petri	Saraiva	2023	9786553627444	1
Manual de Propriedade Intelectual		Lumen Juris	2026	9788551937129	1
Manual de proteção de Dados Pessoais dos Estados-membros do Mercosul	Claudia Lima Marques, Cintia Rosa Pereira De Lima, Kelvin Peroli	Revista dos Tribunais	2025	9786526023754	1
Manual Do Compliance Trabalhista: Teoria E Prática	Fabrício Lima Silva, Iuri Pinheiro, Iuri Pinheiro, Vólia Bomfim	Juspodivm	2024	9788544252802	1
Manual dos Recursos Penais	Gustavo Henrique Badaró	Revista dos Tribunais	2024	9786526013830	1
Mercado Atacadista de Energia Elétrica	Adriana Fiorotti	Synergia	2019	9786586214567	1
Mercados de Eletricidade. Produção, Transmissão, Comercialização, Consumo e Derivativos de Energia	Roberto Mayo	Synergia	2022	9786586214581	1
Metodologia para refinamento semântico de relações em tesouros	Benildes Coura Moreira Dos Santos Maculan	CRV	2024	9786525157764	1
Modulação de Efeitos da Decisão de Invalidação de Ato Administrativo Participação das partes como caminho para Segurança Jurídica e Eficiência	Aline Aparecida De Miranda	Juspodivm	2026	9788544265406	1
Não se esqueça!: 50 memorandos sobre Gestão e Liderança com Propósito, Comprometimento e Proatividade	Mario Sergio Cortella	Record	2025	9788501923820	1
Nova Lei de Licitações Comentada e Comparada	Matheus Carvalho João Paulo Oliveira Paulo Germano Rocha	Juspodivm	2026	9788544271193	1
O Controle de Constitucionalidade no Brasil e no Direito Comparado	Dirley Da Cunha Júnior	Juspodivm	2026	9788544269114	1
O Hoje e o Amanhã na Triibutação das Energias	Janssen Murayama	Lumen Juris	2024	9788551931851	1
O nexo causal entre o crescimento econômico, as emissões de CO2 e o consumo de energia proveniente das fontes de baixo carbono: uma abordagem empírica	Luciano Marciel	Dialética	2025	9786527086284	1
O Novo Mapa: Energia, Clima e o Conflito entre Nações	Daniel Yergin	Bookman	2023	9788582606001	1
O Que É Governança de Dados? (Data Governance): Um guia prático e direto para gerenciar qualidade, propriedade e conformidade de dados	Roger F Silva, Dan Murray, Create And Learn		2025	9798292031888	1
ÔNUS DA PROVA NO PROCESSO CIVIL: DO ÔNUS AO DEVER DE PROVAR	Vitor De Paula Ramos	Juspodvm	2025	9788544256879	1
Orçamento, Contabilidade e Gestão No Setor Público	Diana Vaz De Lima	Atlas	2022	9786559773121	1
Os Municípios e a Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão	Carlos José Batalhão, João Pacheco	AEDREL	2019	9789895407149	1
Parcerias na Administração Pública	Maria Sylvania Zanella Di Pietro	Forense	2021	9786559642236	1

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 11/2026 - ANEXO I - LISTA DE LIVROS (Pág. 10/13).

Parcerias Público-Privadas	Marçal Justen Filho, Rafael Wallbach Schwind (Coords.)	Revista dos Tribunais	2022	9786526006153	1
PCH E CGH PERGUNTAS E RESPOSTAS	Viviane Valente Zaquia E Silva	Synergia	2024	9786586214482	1
Planejamento das Contratações Públicas: Conforme a Lei N 14.133/2021	Carlos Henrique Harper Cox	Juspodivm	2026	9788544269855	1
Precedentes na Arbitragem Brasileira	Thais Freire Vasconcellos	Lumen Juris	2025	9788551936573	1
Prescrição e da decadência	Arnaldo Rizzardo, Arnaldo Rizzardo Filho E Carine Ardissonne Rizzardo	Forense	2025	9788530997038	2
Prestação de Serviços Públicos no Brasil: uma Análise Social e Reflexiva	Vanderlei Souto Dos Santos	Juruá	2026	9786526320631	1
Procedimentalização da atividade normativa das agências reguladoras	Pedro Dias De Oliveira Netto	Dialética	2022	9786525253367	1
Processo Administrativo	Irene Patricia Nohara, Thiago Marrara	Thompson Reuters	2025	9786526024577	1
Processo Civil	Ricardo De Barros Leonel	Juspodivm	2026	9788544263785	1
PROCESSO LEGISLATIVO CONSTITUCIONAL	João Trindade De Cavalcante Filho	Juspodivm	2025	9788544257586	1
Processo Tributário	Hugo De Brito Machado Segundo	Atlas	2025	9786559776931	1
Produção e preservação de documentos sigilosos	Armando Kolbe Júnior	InterSaberes	2020	9788522702701	1
Proteção de Dados Pessoais: Comentários À Lei N. 13.709/2018	Patricia Peck Pinheiro	Saraiva Jur	2026	9788553623600	1
PROVA DOCUMENTAL - DO DOCUMENTO AOS DOCUMENTOS - DO SUPORTE À INFORMAÇÃO	Vitor De Paula Ramos	Juspodivm	2026	9788544269725	1
Provas e arbitragem: teoria, cultura, dogmática e prática	João Luiz Lessa Neto, Bruno Guandalini	Revista dos Tribunais	2023	9786526001905	1
Python e R Para o Cientista de Dados Moderno: o Melhor de Dois Mundos	Boyan Angelov, Rick J. Scavetta	Novatec	2022	9786586057959	1
Python Para Análise de Dados: Tratamento de Dados com Pandas, NumPy & Jupyter	Wes Mckinney	Novatec	2023	9788575228418	1
Qualidade da Energia Elétrica: Conceituação e Processamento Digital	Sigmar Maurer Deckmann (Autor), José Antenor Pomilio (Autor)	Blucher	2024	978-8521221555	1
Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência - Teoria e Prática	Luis Felipe Salomão, Paulo Penalva Santos	Forense	2025	9788530995232	1
REDAÇÃO JURÍDICA ESTILO PROFISSIONAL - FORMA, ESTRUTURA, COESÃO E VOZ	Antonio Gidi	Juspodivm	2023	9788544243602	1
Reforma Tributária no Setor Elétrico	Diogo Olm Ferreira (Org.)	Lumen Juris	2026	9788551936771	1
Regulação 4.0		Revista dos Tribunais	2020	9786556142319	1
Regulação da Atividade Econômica e dos Serviços Públicos	Flávio Garcia Cabral, Priscilla De Siqueira Gomes, Rejane Amorim Monteiro Mishima	Mizuno	2024	9786555269628	1
Regulação da Inteligência Artificial no Brasil	Esclepiades De Oliveira Neto	Lumen Juris	2024	9788551930335	1

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 11/2026 - ANEXO I - LISTA DE LIVROS (Pág. 11/13).

Regulação e Cidades Inteligentes	Rodrigo Bandeira De Mello	Lumen Juris	2025	9788551935804	1
Regulação e Proteção de Dados Pessoais - O Princípio da Accountability	Bruno Ricardo Bioni	Forense	2022	9786559645923	1
Regulação Econômica e Processo Civil: Tutela Individual e Coletiva na Solução de Conflitos Envolvendo Serviços Públicos	Marcos Rolim Da Silva	Juspodivm	2022	9786556802886	1
Regulação em Foco	Hélio Roberto Silva De Sousa, Marcelo Nogueira Mallen Da Silva	Lumen Juris	2025	9788551935958	1
Regulação Ético-Jurídica de Inteligência Artificial na Administração Pública	Raphael Lobato Collet Janny Teixeira	Lumen Juris	2023	9788551926369	1
Repensando o RH: Ágil, diverso e exponencial	Jp Coutinho	Caroli	2022	9786586660166	1
REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO: Metodologias e Processos	Gercina Ângela De Lima (Organizadora)	Interciência	2024	9788571934818	1
Responsabilidade civil	Flávio Tartuce	Forense	2025	9788530995485	1
RESPONSABILIDADE DO GESTOR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Thiago Marrara , Sabrina Nunes locken, José Maurício Conti , André Castro Carvalho	Fórum	2022	9786555184112	1
Segurança e Transição Energética	Daniela Garcia Giacobbo	Synergia	2022	9786586214864	1
Segurança e Transição Energética	Daniela Garcia Giacobbo	Synergia	2024	9786586214352	1
Segurança e Transição Energética	Daniela Garcia Giacobbo	Synergia	2024	9786598272104	1
Segurança e Transição Energética	Daniela Garcia Giacobbo	Synergia	2025	9786598272296	1
Sentença, Coisa Julgada e Ação Rescisória	José Miguel Garcia Medina	Revista dos Tribunais	2023	978-6526001790	1
Simplificando a Governança de Dados	Bergson Lopes Rêgo	Brasport	2020	9786588431122	1
Sistemas de Distribuição de Energia Elétrica: Conceitos Básicos e Modelagem	Antonio Carlos Zambroni De Souza (Autor), Cristian Adolfo Alvez (Autor), Renan Souza Moura (Autor)	Interciência	2024	9788571934689	1
Sistemas Regulatórios de Dados Pessoais	Fernando Antonio Tasso	Foco	2024	9786561201322	1
Sobre tensões em sistemas de distribuição de energia elétrica	Vilson Luiz Coelho, Adroaldo Raizer	CRV	2021	9786525102023	1
Tarifa Moderna - Visão Sobre O Futuro Da Tarifa De Distribuição De Energia Elétrica	Ana Lúcia Rodrigues Da Silva H	Synergia	2019	9786586214109	1
Temas de Direito e Economia da Regulação	Luiz Felipe Monteiro Seixas	Lumen Juris	2022	9788551918678	1
TEMAS RELEVANTES NO DIREITO AMBIENTAL & CLIMÁTICO (transição energética)	Alexndre Chini, Juliana Jaczun, Leandro Mello Frota, Maria Tereza Uille Gomes (Coords.)	Synergia	2023	9786586214086	1
Temas Relevantes no Direito de Energia Elétrica	Fábio Amorim Da Rocha (Coord.)	Synergia	2022	9786586214697	1
Temas Relevantes no Direito de Energia Elétrica	Vários Autores	Synergia	2023	9786586214918	1

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 11/2026 - ANEXO I - LISTA DE LIVROS (Pág. 12/13).

Temas Relevantes no Direito de Energia Elétrica	Vários Autores	Synergia	2024	9786598272128	1
Temas Relevantes no Direito de Energia Elétrica	Vários Autores	Synergia	2020	9786586214079	1
Teoria da argumentação jurídica	Robert Alexy	Forense	2021	9786559640652	1
Teoria da Norma Jurídica	Norberto Bobbio	Edipro	2016	9788572839037	1
Teoria do Estado Regulador	Sérgio Guerra (Org.).	FGV DIREITO	2015	978853625288-9	1
Teoria do Estado Regulador	Sérgio Guerra (Org.).	FGV DIREITO	2017	978853626648-0	1
Teoria do Estado Regulador	Sérgio Guerra (Org.).	FGV DIREITO	2018	978853627680-9	1
Teoria do Estado Regulador	Sérgio Guerra (Org.).	FGV DIREITO	2020	978853629366-0	1
Teoria do Estado Regulador	Sérgio Guerra (Org.).	FGV DIREITO	2022	978853629675-3	1
Teoria do Estado Regulador	Sérgio Guerra (Org.).	FGV DIREITO	2022	978652630562-1	1
Teoria do fato jurídico - plano da validade	Marcos Bernardes De Mello	Saraiva	2019	9788553608508	1
Teoria do fato jurídico - plano de eficácia	Marcos Bernardes De Mello	Saraiva	2019	9788553608393	1
Teoria do Ordenamento Jurídico	Norberto Bobbio	Edipro	2019	9788572836142	1
Teoria dos Princípios	Humberto Ávila	Juspodivm	2025	9788544264010	1
Teoria Geral do Estado e Ciência Política	João Roberto Gorini Gamba	Atlas	2025	9786559777365	1
Teoria Geral do Processo	Dierle Nunes Alexandre Bahia Flávio Quinaud Pedron	Juspodivm	2026	9788544262573	2
Teoria Geral do Processo	Sergio Pinto Martins	Saraiva Jur	2026	9786584004146	1
Teoria Geral do Processo Tecnológico	João Sergio Dos Santos Soares Pereira, Luís Manoel Borges Do Vale	Revista dos Tribunais	2025	9786526012352	1
Transformação Digital Além do Óbvio: casos comentados de empresas brasileiras	Ana Catarina Lima Silva , Francisco A. Tavares Junior , Guilherme Castro , & 13 Mais	Brasport	2025	9786560960602	1
TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Marcos Nóbrega	Fórum	2024	9786555186499	1
Transição Energética no Contexto da Crise Climática e o Hidrogênio Renovável - Análise Jurídico-Política - Recorte Brasil e Europa	Andréa M. G. Leandro	Juruá	2025	9786526320921	1
TRANSIÇÃO ENERGÉTICA, PERCEPÇÃO SOCIAL E GOVERNANÇA	DRIELLI PEYERL, KAREN MASCARENHAS, EDMILSON MOUTINHO (Orgs.)	Synergia	2023	9786586214840	1
Transmissão de energia elétrica: tecnologia em evolução	José Maurício De Barros Bezerra	Blucher	2025	9788521222484	1
Tratado de Arbitragem	Silvio Venosa, Rafael Gagliardi, Caio Tabet	Foco	2024	9786555159271	1
Tratado de Direito Penal Tributário Brasileiro	Leandro Paulsen	Saraiva	2025	9788553627516	1
Treinamento de Equipes Ágeis: Um guia para Scrum Master	Lyssa Adkins	Alta Books	2020	9788550811147	1

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 11/2026 - ANEXO I - LISTA DE LIVROS (Pág. 13/13).

Tributação Federal no Setor Elétrico	Diogo Olm Ferreira	Lumen Juris	2025	9788551927250	2
Tributação nas Operações com Energia Elétrica	Antonio Ganim	Synergia	2025	9786598272265	1
Tudo o que Você Precisa Saber sobre Energia	José Goldemberg	Bookman	2023	9788582606247	1
Estatística e Ciência de Dados	Pedro Alberto Morettin, Julio Da Motta Singer	LTC	2025	9788521638995	2